



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

ÉRICA ROCHA SIQUEIRA

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS  
ESPECIAIS CÍVEIS**

BRASÍLIA  
2018

ÉRICA ROCHA SIQUEIRA

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS  
ESPECIAIS CÍVEIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Direito pela  
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília -  
UnB.

Orientador: Prof. Dr. Vallisney de Souza Oliveira

BRASÍLIA

2018

ÉRICA ROCHA SIQUEIRA

**O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NOS JUIZADOS  
ESPECIAIS CÍVEIS**

Apresentado em 29 de junho de 2018:

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Dr. Vallisney de Souza Oliveira  
Orientador

---

Dr.<sup>a</sup> Daniela Marques de Moraes  
Examinadora

---

Ma. Taynara Tiemi Ono  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Por todo o amor, suporte e cuidado, agradeço ao meu pai, Siqueira, que me ensinou o valor do trabalho e à minha mãe, Mônica, que cativou em mim o gosto pela leitura e pelo estudo. Tudo que sou devo especialmente a vocês.

Aos meus irmãos, com quem sempre pude contar com a ajuda durante a graduação, mas principalmente durante o caminho até a Universidade. À minha avó, por ser, ainda hoje, um dos mais importantes suportes em minha vida e ao meu avô que, mesmo de longe, continua a ser minha maior inspiração de jurista e profissional honesto.

Aos meus amigos, que são tão importantes para mim e sem os quais a vida na Universidade não teria sido nem de longe um prazer. Agradeço especialmente pelo estímulo para a conclusão desse trabalho e pelos incontáveis dias de companhia.

Ao professor Vallisney Oliveira, por toda a atenção e apoio durante os anos de curso e especialmente durante a elaboração do presente trabalho.

Aos professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e especialmente às professoras Daniela Marques e Taynara Tiemi, que mostraram a relevância do direito processual civil e contribuíram de forma significativa para a minha formação acadêmica.

## RESUMO

Uma das mais importantes mudanças trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 foi a criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, o qual busca garantir maior uniformidade jurisprudencial e celeridade ao julgamento de demandas de massa. A despeito do incidente assumir grande importância no âmbito da Justiça Ordinária, na mesma linha dos precedentes vinculantes oriundos de julgamento com repercussão geral e sob o rito dos recursos repetitivos, o legislador criou uma espécie de vínculo entre os juizados especiais e os tribunais federais ou de Estado ao prever a aplicação do incidente às causas que tramitem nos juizados. Em razão das especificidades dos juizados, pode-se dizer que o IRDR mostra-se incompatível com a ordenação dos juizados, especialmente no que diz respeito aos princípios da conciliação e da celeridade nos juizados e à sistemática recursal.

**Palavras-chave:** Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Código de Processo Civil. Juizados Especiais.

## **ABSTRACT**

One of the most important changes brought about by the Civil Procedure Code of 2015 was the creation of the Repetitive Demands Incident Resolution, which intends to assure more jurisprudential uniformity and celerity to the massive demands judgment. Even though the incident holds great importance in the Ordinary Justice, on the same line of the binding precedents from the general repercussion (*repercussão geral*) and the repetitive resources rite, the legislator created a type of bond between the *juizados especiais* and the federal and State courts as it predicted the application of the incident to the processes of the *juizados*. Because of the specificities of the *juizados*, one can say that the Repetitive Demands Incident Resolution is incompatible with the *juizados* ordination, especially the conciliation and celerity principles of the *juizados* and the resources systematic.

**Key-words:** Repetitive Demands Incident Resolution, Civil Procedure Code. *Juizados Especiais*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....</b>	<b>11</b>
1.1. A conveniência/necessidade da criação de um incidente de uniformização nos tribunais de segunda instância.....	11
1.2. O procedimento-modelo alemão (Musterverfahren).....	16
1.3 Dos fundamentos jurídicos para aplicação da vinculação dos precedentes:.....	20
1.3.1. Princípio da Isonomia:.....	20
1.3.2. Princípio da Segurança Jurídica.....	21
1.3.3. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	22
1.3.4. Princípio da separação dos poderes.....	23
1.3.5. O princípio da independência da magistratura.....	24
1.3.6. Da competência constitucional dos tribunais superiores para a uniformização da jurisprudência.....	26
1.3.7. Da evolução do direito.....	27
<b>2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....</b>	<b>29</b>
2.1. Art. 976 – Finalidade do incidente, requisitos e custas processuais.....	29
2.2. Art. 977 – Legitimidade e documentos necessários.....	31
2.3. Art. 978 - Competência e prevenção.....	33
2.4. Art. 979 - Publicidade.....	33
2.5. Art. 980 - Prazo de julgamento e preferência.....	34
2.6. Art. 981 – Juízo de admissibilidade.....	35
2.7. Art. 982 – Suspensão dos processos, prerrogativas do relator, intervenção do Ministério Público e pedido de tutela de urgência.....	35
2.8. Art. 983 – Instrução do incidente.....	37
2.9. Art. 984 – Etapas do julgamento.....	38
2.10. Art. 98580 - Efeitos vinculantes da decisão do IRDR e reclamação.....	39
2.11. Art. 98681 - Revisão da tese.....	40
2.12 Art. 98782 - Recursos.....	40
<b>3. O IRDR NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....</b>	<b>42</b>
3.1. Os fundamentos dos Juizados Especiais Cíveis.....	42

3.2. Os possíveis conflitos na aplicação do IRDR em relação ao princípio da conciliação nos Juizados Especiais Cíveis.....	49
3.3. Os possíveis conflitos na aplicação do IRDR em relação ao princípio da celeridade nos Juizados Especiais Cíveis.....	51
3.4. Os possíveis conflitos entre a sistemática recursal dos Juizados Especiais Cíveis e a aplicação do IRDR.....	53
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>



## INTRODUÇÃO

Uns dos grandes fantasmas do Poder Judiciário brasileiro são a insegurança jurídica e a morosidade na condução dos processos judiciais. Em razão disso, vários mecanismos foram implementados no ordenamento a fim de reduzir essas ineficiências e assegurar a prestação de uma tutela jurisdicional adequada, voltados especialmente à uniformização da jurisprudência e à celeridade nos procedimentos.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), criado no ordenamento brasileiro por meio do novo Código de Processo Civil, possui muitas similaridades com os já conhecidos institutos da repercussão geral nos recursos extraordinários e dos recursos especiais repetitivos. Porém, em razão de ser um instituto inédito no nosso ordenamento, há vários questionamentos a respeito de sua compatibilidade no que diz respeito especialmente aos princípios do Direito Processual Civil, e também às regras do nosso ordenamento.

O presente trabalho irá tratar dos motivos que levaram o legislador a adotar esse novo instrumento de formação de jurisprudência vinculante, principalmente no que diz respeito às ineficiências do Poder Judiciário, sobretudo, as violações à insegurança jurídica e à isonomia.

Também tentará demonstrar quais as críticas relacionadas à aplicação do IRDR e em quais pontos sua aplicação de forma equivocada poderá ofender os princípios da independência da magistratura, do contraditório e da ampla defesa, entre outros.

Ao vincular os juizados especiais às teses firmadas no incidente de uniformização, o legislador deixou de especificar a forma pela qual se dará essa aplicação. Da forma como foi disposto no texto do Código, há espaço para vários questionamentos sobre a aplicabilidade desse novo incidente aos juizados.

É que o juizado especial é uma espécie de microssistema do processo civil que funciona, até certo ponto, de forma autônoma. Conta com sua própria sistemática recursal, que dispõe de espécies recursais específicas e suprime outras espécies de recursos muito utilizadas na justiça ordinária. Possui órgãos julgadores diferentes, como as Turmas Recursais e Turmas de Uniformização, que possuem competências diferentes dos Tribunais de Estado e Tribunais Federais. Também se orienta por alguns princípios que possuem maior relevo no âmbito dos juizados especiais do que na justiça ordinária, justamente porque possui uma sistemática própria que se coaduna muito bem aos propósitos pelos quais os juizados foram criados.

É de muita relevância a análise da aplicação do IRDR frente ao princípio da conciliação, que é princípio indispensável ao sistema dos juizados em razão da ideia de resolução de conflitos de forma pacífica e particularizada, e também ao princípio da celeridade, muito relevante na discussão sobre a adequada prestação da tutela jurisdicional.

Se, por um lado, os legisladores e operadores do direito devem buscar urgentemente formas eficazes de resolver ou, ao menos, reduzir as ineficiências do Poder Judiciário principalmente no que diz respeito à morosidade e à insegurança jurídica. Por outro, é salutar que os novos instrumentos de aperfeiçoamento da jurisdição se compatibilizem com os princípios constitucionais e processuais civis.

## **1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

### **1.1. A conveniência/necessidade da criação de um incidente de uniformização nos tribunais de segunda instância**

A ideia de um incidente de resolução de demandas de massa está pautada especialmente em dois princípios: a igualdade e a segurança jurídica. O Poder Judiciário se sujeita à regra da igualdade sob o ponto de vista processual, devendo o juiz assegurar a igualdade de tratamento às partes, com iguais oportunidades aos litigantes, durante todo o curso do processo, e sob o ponto de vista material, por um dever de coerência que transborda do caso concreto individual e exige do juiz um dever de igual tratamento aos casos considerados idênticos, iguais ou semelhantes, nos julgamentos posteriores<sup>1</sup>.

Para estes casos, o sistema jurídico está se moldando para desenvolver novas formas de tratamento que objetivam produzir o efeito da igual aplicação da lei.

É natural que um país com a extensão territorial e a população do Brasil, com um grande número de comarcas, circunscrições judiciárias e órgãos jurisdicionais enfrente diversos casos de divergência de opiniões sobre a aplicação de determinada norma jurídica em casos similares.

Soma-se a isso o fato de que vivemos um fenômeno de judicialização em massa, autorizado e incentivado pela Constituição Federal de 1988. O Poder Judiciário não consegue dar vazão aos processos e acompanhar esse crescimento exponencial de demandas e, ainda que sejam feitos inúmeros investimentos no aparato judicial, o Poder Judiciário continua deficiente, defasado e inadequado<sup>2</sup>.

A sobrecarga dos tribunais gera efeitos que vão além do desconforto da morosidade nos processos judiciais e tem como causas diversos fatores, tais como a limitação de recursos financeiros, materiais e humanos; o descompasso entre a realidade e o direito processual brasileiro; a deficiência nas habilidades de gestão e também o fenômeno de judicialização em massa como resposta à Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>.

- 1 GUEDES, Jefferson Carús. Igualdade da aplicação da lei no Brasil e os “precedentes” nativos. Revista Jurídica, v. 62, n. 437, ex. 2, março/2014.
- 2 ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; GOMES, Alexandre Gir. Tratamento Coletivo Adequado das Demandas Individuais Repetitivas pelo Juízo de Primeiro Grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil Projetado. Revista de Processo : RePro. ano 39, vol. 234, agosto/2014. p. 183-184
- 3 YEUNG, Luciana Luk-Tai. DECIFRANDO O FÓRUM JOÃO MENDES: o que os números nos dizem?. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Local: Editora, data, v. 4, n. 3. Outubro/2017. p. 12.

No que diz respeito à judicialização em massa pós-CF/88, um dos efeitos nocivos apontados é que o nosso sistema judicial dá espaços para espécies de “manobras” que apontam para a existência de possibilidades de ganhos pela litigância. Há uma grande quantidade de pequenos conflitos judicializados que, se pudessem ser resolvidos nas esferas extrajudiciais, cederiam espaço para a discussão mais ampla de conflitos mais complexos que exigem, de fato, uma intervenção judicial.<sup>4</sup>

Em uma pesquisa sobre os números no tribunal de maior movimentação no Estado de São Paulo, o Fórum João Mendes, durante o ano de 2014, mostrou-se que quase 80% das ações iniciais foram peticionadas por pessoas jurídicas e, em 40% dos casos, tratava-se de ações que envolviam partes únicas, ou seja, uma única pessoa – física ou jurídica – em cada polo da lide. Como também ocorre nos tribunais superiores, há um grande número de ações concentradas em poucos litigantes e em poucos setores de atividade econômica. A título de exemplo, o setor bancário é o setor que figurava em maior número como parte autora nos processos judiciais: aproximadamente 46%, ou seja, quase metade dos processos. Quanto aos valores das causas, a pesquisa indicou que, a despeito do valor médio das causas ser de 435,5 mil reais, a mediana era de apenas 18 mil, o que indica que as demandas são bastante heterogêneas, mas com uma forte concentração em ações de baixo valor da causa<sup>5</sup>.

A pesquisa mostrou que um número muito grande de ações iniciais propostas contra empresas de serviços de massa possuem valores relativamente pequenos e baixa complexidade. Isto indica certamente uma má utilização do aparato judiciário, que se ocupa principalmente com a resolução de conflitos que não deveriam lhe demandar tanto tempo.

Por não termos em nosso país uma cultura de solução extrajudicial de conflitos ou mesmo um uso efetivo das ações coletivas que, por terem caráter preventivo, poderiam evitar o ajuizamento em massa de demandas, precisamos desenvolver e melhor utilizar os instrumentos processuais de tratamento coletivo das demandas individuais<sup>6</sup>.

4 Sobre o assunto: “Não é somente a quantidade demandada por serviços judiciais que aumentou com a Constituição de 1988. Também, com a democratização e a abertura da economia brasileira, as demandas tornaram-se mais complexas, exigindo soluções e conhecimento especializados, muitos dos quais o Judiciário ainda não tinha (ou não tem). De uma hora para outra, os juízes tiveram de lidar com processos que envolviam o pleno entendimento de políticas econômicas e políticas previdenciárias, por exemplo. Como a estrutura funcional e processual do Judiciário não foi alterada significativamente, fica latente o motivo do agravamento da crise judicial. (YEUNG, Luciana Luk-Tai. Decifrando o Fórum João Mendes: o que os números nos dizem?. Revista de Estudos Empíricos em Direito. Local: Editora, data, v. 4, n. 3. Outubro/2017. p. 13.

5 YEUNG, *op. cit.*, p. 15

6 ZANFERDINI; GOMES, 2015, ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; GOMES, Alexandre Gir. Tratamento Coletivo Adequado das Demandas Individuais Repetitivas pelo Juízo de Primeiro Grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil Projetado. Revista de Processo :

O que se observa é que, mesmo após a consolidação de um determinado entendimento nos tribunais, é comum a persistência de pronunciamentos divergentes nas instâncias inferiores e, mesmo no âmbito das mesmas turmas de um tribunal, são frequentes as mudanças bruscas no posicionamento, às vezes descoladas de qualquer alteração social ou normativa<sup>7</sup>

Na opinião de Luiz Norton Baptista de Mattos, esse comportamento é fruto de uma formação cultural deturpada, que ignora o caráter uno e institucional do Poder Judiciário e consagra um modelo em que o direito do magistrado de decidir de acordo com a sua visão do mundo e suas opiniões se sobrepõe aos direitos fundamentais de igualdade e segurança jurídica<sup>8</sup>.

Para Mattos, a indefinição e a oscilação jurisprudencial instigam a litigiosidade, na medida em que as partes se sentem encorajadas a demandar sem razão ou a resistir a pretensões legítimas acreditando na sorte da distribuição do processo a um ou outro órgão jurisdicional, que pode determinar um desfecho favorável ao litígio, mesmo em dissonância com a jurisprudência consolidada. Ainda, há um custo extremamente elevado para o pagamento dos magistrados, que despendem boa parte do seu tempo com causas que demandam bem pouco de suas qualificações e capacidades intelectuais, ou procedimentos burocráticos e assinaturas de sentenças padronizadas<sup>9</sup>.

Como possível resposta a essas ineficiências, o sistema jurídico brasileiro está passando por uma experiência de aproximação com o *common law*. Isso pode ser verificado inclusive na utilização cada vez mais frequente de decisões judiciais como fonte de aplicação do direito, nas petições e decisões<sup>10</sup>. Há uma tendência nos sistemas jurídicos atuais que os dois grandes modelos<sup>11</sup> aproximem-se cada vez mais, de forma que o direito legislado se torne

RePro. ano 39, vol. 234. agosto/2014. p. 187.

7 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 769.

8 MATTOS, *op. cit.*, p. 770

9 MATTOS, *op. cit.*, p. 770

10 NUNES, Dierle; PATRUS, Rafael Dilly. Uma breve notícia sobre o Procedimento-Modelos alemão e sobre as tendências brasileiras de padronização decisória: Um contributo para o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas brasileiro. In: Novas Tendências do Processo Civil: Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Coord. FREIRE et al. Editora Juspodivm. 2013.

11 Sobre a distinção entre o *Common Law* e o Direito Romanístico: “(...) Cabe, nesse sentido, distinguir dois tipos de ordenamento jurídico, o da tradição romanística (nações latinas e germânicas) e o da tradição anglo-americana (*common law*). A primeira caracteriza-se pelo primado do processo legislativo, com atribuição de valor secundário às demais fontes do direito. A tradição latina ou continental (*civil law*) acentuou-se especialmente após a Revolução Francesa, quando a lei passou a ser considerada a única expressão autêntica da Nação, da vontade geral, tal como verificamos na obra de Jean-Jacques Rousseau, *Du Contrat Social*. Ao lado dessa tradição, que exagera e exacerba o elemento legislativo, temos a tradição dos povos anglo-saxões,

cada vez mais importante nos sistemas precedentalistas e os precedentes se tornem cada vez mais importantes nos sistemas tradicionalmente positivistas<sup>12</sup>. Com a aprovação da Emenda Constitucional n. 45/04 e a criação da repercussão geral nos recursos extraordinários e outras técnicas de julgamento de demandas de massa, essa tendência fica cada vez mais nítida.

Ainda não temos uma cultura do precedente. O simples fato do nosso ordenamento jurídico admitir mecanismos destinados a criar padrões decisórios, por meio de decisões abstratas e gerais, capazes de produzir diversas situações díspares, não implica a transmutação do nosso ordenamento para um de *common law*<sup>13</sup>.

A carência de um modelo que previsse instrumentos de resolução de demandas de massa ocorreu por diversos motivos: somos uma sociedade de massa, com uma grande expansão do fenômeno consumerista, o que faz surgir uma infinidade de conflitos<sup>14</sup>. Não é uma questão de se procurar culpados pela litigância de massa, mas sim aceitar que a litigância de massa é uma realidade inerente à sociedade de consumo em que vivemos. Trata-se de uma realidade já consolidada<sup>15</sup>.

As demandas individuais de massa são aquelas que contemplam situações jurídicas

nos quais o Direito se revela muito mais pelos usos e costumes e pela jurisdição do que pelo trabalho abstrato e genérico dos parlamentos. Trata-se, mais propriamente, de um Direito misto, costumeiro e jurisprudencial. Se, na Inglaterra, há necessidade de saber-se o que é lícito em matéria civil ou comercial, não há um Código de Comércio ou Civil que o diga, através de um ato de manifestação legislativa. O Direito é, ao contrário, coordenado e consolidado em precedentes judiciais, isto é, segundo uma série de decisões baseadas em usos e costumes prévios. Já o Direito em vigor nas Nações latinas e latino-americanas, assim como também na restante Europa continental, funda-se, primordialmente, em enunciados normativos elaborados através de órgãos legislativos próprios.

Temos, pois, dois grandes sistemas de Direito no mundo ocidental, correspondentes a duas experiências culturais distintas, resultantes de múltiplos fatores, sobretudo de ordem histórica. O confronto entre um e outro sistema tem sido extremamente fecundo, inclusive por demonstrar que, nessa matéria, o que prevalece, para explicar o primado desta ou daquela fonte de direito, não são razões abstratas de ordem lógica, mas apenas motivos de natureza social e histórica.

Seria absurdo pretender saber qual dos dois sistemas é o mais perfeito, visto como não há Direito ideal senão em função da índole e da experiência histórica de cada povo. Se alardearmos as vantagens da certeza legal, podem os adeptos do *common law* invocar a maior fidelidade dos usos e costumes às aspirações imediatas do povo. Na realidade, são expressões culturais diversas que, nos últimos anos, têm sido objeto de influências recíprocas, pois enquanto as normas legais ganham cada vez mais importância no regime do *common law*, por sua vez, os precedentes judiciais desempenham papel sempre mais relevante no Direito de tradição romanística [...]. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27ª ed. - São Paulo : Saraiva, 2002, p. 111.

12 ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira : Súmula Vinculante e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Revista de Processo: RePro, v. 37, n. 208, jun/2012. p. 209

13 ROSSI, *op. cit.*, p. 205

14 GONÇALVES, Marcelo Barbi. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a Magistratura Deitada. Revista de Processo: RePro, v. 38, n. 222. Agosto/2013, p. 221–248 p. 222

15 ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; GOMES, Alexandre Gir. Tratamento Coletivo Adequado das Demandas Individuais Repetitivas pelo Juízo de Primeiro Grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil Projetado. Revista de Processo : RePro. ano 39, vol. 234. agosto/2014.p. 204

homogêneas, ou seja, têm uma identidade quanto à tese jurídica. Não se trata de ações idênticas, com identidade quanto às partes, o pedido e a causa de pedir, como acontece na hipótese da litispendência legal, a identidade das demandas de massa acontece somente quanto à questão jurídica. Para a instauração do incidente também deve haver a repetição do tema em larga escala, podendo haver pedidos individuais diferenciados ou cumulativos<sup>16</sup>.

O antigo Código de Processo Civil, dado o seu caráter eminentemente individualista, próprio da época em que foi concebido, não previa regras para o enfrentamento de demandas repetitivas em sua versão original. Após sucessivas reformas, o Código passou a contar com previsões de técnicas de julgamento em massa, tais como a regra das súmulas impeditivas (art. 518, CPC/73), o rito do julgamento de recursos especiais repetitivos e recursos extraordinários com repercussão geral, e o julgamento liminar de improcedência, que era previsto no art. 285-A<sup>17</sup>, incluído pela Lei n. 11.277/06. Há uma ideia de não se permitir mais que as decisões judiciais sejam produzidas no âmbito exclusivamente individual, por juízes ou colegiados que se prendam apenas às individualidades do caso<sup>18</sup>.

Os Tribunais devem incorporar um novo modo de trabalho e uma nova visão de seus papéis e julgamentos. O trabalho dos tribunais deve ser modificado para acompanhar a transição do sistema jurídico. A mudança na técnica dos julgamentos deve observar a criação de centros de assessoria técnico-jurídica (unificação das assessorias para pesquisa) a fim de subsidiar aos julgadores de uma câmara pressupostos idênticos para suas decisões, além do respeito pleno do contraditório como garantia de influência no processo judicial, de modo que se leve em consideração todos os argumentos suscitados para a formação de um padrão decisório<sup>19</sup>.

Em contrapartida, há uma crítica sobre o modo pelo qual o julgamento de demandas de massa foi implementado no nosso ordenamento jurídico, que pode ter dado espaço para a

16 ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; GOMES, Alexandre Gir. Tratamento Coletivo Adequado das Demandas Individuais Repetitivas pelo Juízo de Primeiro Grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil Projetado. *Revista de Processo* : RePro. ano 39, vol. 234. agosto/2014. p. 190

17 Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. § 1º Se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação. § 2º Caso seja mantida a sentença, será ordenada a citação do réu para responder ao recurso.

18 NUNES, Dierle; PATRUS, Rafael Dilly. Uma breve notícia sobre o Procedimento-Modelos alemão e sobre as tendências brasileiras de padronização decisória: Um contributo para o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas brasileiro. In: *Novas Tendências do Processo Civil: Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil*. Coord. FREIRE et alie. Editora Juspodivm. 2013.

19 NUNES, Dierle; PATRUS, Rafael Dilly. *op. cit.*

aplicação mecânica da decisão julgada sob o rito do incidente repetitivo aos demais casos, o que pode representar um fechamento do debate jurídico. E isso pode ser controverso, já que a tolerância aos dissensos jurídicos, até certo ponto, é uma maneira de maturação do debate porque pressupõe uma discussão mais ampla, na qual se pretende esclarecer as controvérsias do assunto tratado. Nos sistemas jurídicos do *case law*, por exemplo, o precedente é mero princípio argumentativo pelo qual, com análise dos fatos e de modo discursivo e profundo, deverá se verificar se o precedente deve ser aplicado. O precedente não é a única fonte no ordenamento e nem mesmo a principal. No nosso ordenamento jurídico, os precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça são vistos quase como um fechamento argumentativo que deve ser aplicado mecanicamente para as causas repetitivas<sup>20</sup>.

Os precedentes em nosso ordenamento são produzidos muitas vezes em um único julgamento sobre um determinado tema, sem que haja uma evolução ou cristalização de um posicionamento, mas intentam possuir aptidão para se aplicarem a casos que, embora substancialmente parecidos, não são em todo similares. No entanto, a vinculação deve ser observada obrigatoriamente, o que afasta o nosso sistema jurídico do sistema de *common law* americano e da aplicação da teoria dos precedentes do *civil law*<sup>21</sup>.

## 1.2. O procedimento-modelo alemão (Musterverfahren)

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas foi declaradamente influenciado

20 NUNES, Dierle; PATRUS, Rafael Dilly. Uma breve notícia sobre o Procedimento-Modelo alemão e sobre as tendências brasileiras de padronização decisória: Um contributo para o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas brasileiro. In: Novas Tendências do Processo Civil: Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Coord. FREIRE et alie. Editora Juspodivm. 2013. Na opinião de Rossi: “Não compreendemos e aplicamos os precedentes com a naturalidade que deve permear a evolução histórica do direito ao caso em julgamento. Partimos da falsa premissa de que os precedentes (muitas vezes singelas ementas em que sequer há discussão profunda sobre as razões de decidir e sobre o que se decidiu) são de aplicação automática, sem qualquer reflexão ou possibilidade de o órgão Judiciário afastar a aplicação do precedente por necessidade estabelecida no caso concreto. (ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira : Súmula Vinculante e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Revista de Processo: RePro, v. 37, n. 208, jun/2012.p. 236).

21 Sobre o tema: “Por tais motivos, nossos precedentes possuem características muito peculiares que os afastam dos estadunidenses (*common law*), e também dos precedentes do *civil law*, não porque os sistemas não interajam, mas pela existência da seguinte peculiaridade ou particularidade: pretendemos construir um precedente que estabeleça uma série de soluções para abarcar as mais diversas peculiaridades possivelmente existentes em qualquer espécie de lide (seja assemelhada, seja repetitiva), o qual possa ser fruto de um único julgamento e cuja decisão seja de aplicação obrigatória a todos os demais, que se encontrem em qualquer grau de jurisdição, sob pena de sua não aplicação gerar o cabimento de reclamação diretamente ao órgão judiciário criador da decisão-padrão, cabendo a ele verificar se é ou não caso de aplicação do seu precedente. (ROSSI, Júlio César. O precedente à brasileira : Súmula Vinculante e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Revista de Processo: RePro, v. 37, n. 208, jun/2012. p. 205-206)



pelo procedimento-modelo do ordenamento jurídico alemão denominado Musterverfahren, no entanto, se diferencia deste instituto em vários aspectos<sup>22</sup>.

O grande número de causas litigiosas é um fenômeno que não é exclusivo do Brasil e exige que os ordenamentos jurídicos criem um tratamento coletivo de questões comuns para fins de conferir celeridade ao processo e evitar o abarrotamento do Poder Judiciário.

Os países de origem germânica, no entanto, não possuem uma cultura muito forte de adoção de mecanismos de tutela coletiva, especialmente por causa da eficácia dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos<sup>23</sup>.

O procedimento-modelo alemão surgiu praticamente para a resolução de conflitos específicos e com prazo de validade para sua caducidade<sup>24</sup>. Nos anos de 1999 e 2000, ao dispor suas ações na Bolsa de Frankfurt, a empresa alemã de telefonia Deutsche Telekom omitiu diversas informações relevantes e, pouco tempo depois, houve uma considerável desvalorização das ações da empresa, o que levou vários acionistas a ingressarem com ações judiciais contra a empresa de telefonia. Foram propostas mais de 13.000 ações indenizatórias perante o Tribunal de Frankfurt, que resultaram na total paralisação da seção de direito comercial no Tribunal<sup>25</sup>.

Em razão da demora no processamento dessas ações, em 2004, houve a interposição de um recurso constitucional ao Tribunal Constitucional alemão em que se alegou a violação do direito à duração razoável do processo. O Tribunal, no julgamento do recurso, afirmou que a demora no processamento daquelas causas era tolerável, dadas as circunstâncias envolvidas e, ao mesmo tempo, aludiu à possibilidade de utilização de um procedimento célere de uniformização aplicável somente àqueles casos<sup>26</sup>.

Assim, em 2005, foi editada a Lei KapMug, que regulamentou o procedimento-modelo, voltada para os investidores em mercado de capitais e destinada especificamente para o uso em litígios de títulos, não se aplicando a outras áreas do direito alemão. O procedimento

22 VIAFORE, Daniele. As semelhanças e as diferenças entre o procedimento-modelo Musterverfahren “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” no PL 8.046/2010. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, Março/2013, vol. 217/2013, p. 257-308.

23 CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento-modelo (Musterverfahren) alemão: uma alternativa às ações coletivas. RePro 147/129. *apud* VIAFORE, Daniele. As semelhanças e as diferenças entre o procedimento-modelo Musterverfahren “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” no PL 8.046/2010. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, Março/2013, vol. 217/2013

24 A Lei sobre Procedimentos Modelo em Disputas do Mercado de Capitais (Kapitalmuster-Musterverfahrensgesetz – KapMuG) atualmente tem prazo de caducidade datado para o dia 1º de novembro de 2020, em razão de sua última alteração, realizada em 30 de junho de 2016.

25 VIAFORE, *op. cit.*, p. 263/264

26 VIAFORE, *op. cit.*, p. 264

se divide em três fases<sup>27</sup>:

i) A admissibilidade: Após o pedido de instauração do procedimento, o magistrado de primeira instância aguarda um período de quatro meses para que se registrem outros nove requerimentos com a mesma pretensão. Após os dez pedidos, o magistrado deve determinar a instauração do procedimento-modelo, publicando-a em um cadastro eletrônico e gratuito, em decisão irrecorrível, que deverá fixar os pontos litigiosos que deverão ser decididos na instância superior. Dessa forma, diferentemente do incidente brasileiro, cabe ao juiz de primeira instância definir os limites de análise do mérito do incidente. Admitido o incidente, todos os processos individuais em primeira instância que tratem dessa mesma matéria são suspensos automaticamente até o julgamento do incidente, de forma que todos os titulares de pretensões derivadas do ilícito de massa que decidiram por ajuizar uma ação com a mesma matéria são afetados pela admissibilidade do incidente, independentemente de sua vontade.

ii) O trâmite na instância superior: o tribunal escolherá uma espécie de líder para os vários autores (Musterkläger) e outro para os réus (Musterbeklagte), que mediarão os interesses dos afetados junto ao tribunal. Esses representantes conduzirão a estratégia processual adotada, de forma que os intervenientes não poderão praticar ações que contradigam os representantes, mas apenas ações que complementem seus atos, a menos que os intervenientes comprovem a má gestão processual do condutor do processo principal. Nessa fase do incidente, o objeto poderá ser ampliado, porém, somente a requerimento da parte, e não de ofício. A ampliação do objeto, no entanto, fica sujeita à demonstração de sua pertinência e deve obedecer ao escopo do incidente no caso concreto.

iii) Os efeitos do julgamento do procedimento-modelo: A decisão tem eficácia vinculante a todos os litigantes que foram afetados com a suspensão de seus processos na instauração do incidente e também aos juízes, na definição da demanda individual, qualquer que seja seu resultado. Ressalta-se, no entanto, que a vinculação afeta somente os processos pendentes, e não os futuros, já que pressupõe uma coincidência dos processos individuais no momento da decisão no procedimento.

É importante frisar que a legislação que instituiu o procedimento-alemão é considerada uma legislação experimental, mesmo porque o próprio legislador alemão limitou em cinco anos a validade da lei para que o Ministério Federal da Justiça pudesse analisar os resultados e as consequências da utilização do incidente<sup>28</sup>. Há, portanto, uma forte crítica

27 VIAFORE, *op. cit.*, p. 264/265

28 VIAFORE, Daniele. As semelhanças e as diferenças entre o procedimento-modelo Musterverfahren

quanto ao fato de nosso projeto de incidente ter sido inteiramente inspirado em uma legislação experimental e muitíssimo recente de um país que não está habituado ao tratamento de demandas coletivas em âmbito judicial<sup>29</sup>.

Em breve exposição, as principais semelhanças e diferenças entre o procedimento-modelo alemão e o IRDR são<sup>30</sup>: quanto à legitimidade para requerer a instauração: enquanto no procedimento-alemão apenas o autor e o réu podem requerer a instauração do incidente, no Brasil, há um número maior de legitimados, em que figuram o juiz, o relator, o Ministério Público, a Defensoria Pública, além das partes; quanto à competência: no procedimento-modelo, o juiz de primeira instância admite, fixa o mérito e remete ao tribunal para o julgamento, ao passo que na nossa experiência, o plenário do tribunal competente deve fazer o exame de admissibilidade, processar e julgar o incidente.

No que diz respeito ao objeto do incidente, o procedimento-alemão admite a afetação de questões de fato e direito, desde que pertinentes ao mercado de capitais e aos investidores. A possibilidade de afetação de questões de fato se aproxima muito mais da ideia de coletivização de demandas individuais. No Brasil, apenas as questões de direito idênticas e com multiplicidade de processos são passíveis de ser afetadas pelo IRDR. Os dois ordenamentos igualmente preveem a publicidade ampla da instauração do incidente: enquanto na experiência alemã os dados são publicados e armazenados no cadastro eletrônico público e gratuito, a nossa legislação prevê a divulgação ampla pelo CNJ e, ainda, a manutenção de um banco de dados eletrônico em todos os tribunais, com as questões de direito submetidas ao incidente.

Quanto ao contraditório e à intervenção de terceiro interessado, no procedimento-alemão, todas as partes dos processos afetados são legitimadas para participar no julgamento. No Brasil, o CPC previu que os terceiros interessados, sejam as partes dos processos afetados ou associações representativas dos grupos afetados pela matéria, poderão requerer a juntada de documentos, fazer diligências necessárias à elucidação da controvérsia e sustentar oralmente, além de poderem requerer a suspensão de todos os processos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente. No procedimento alemão, há ainda a possibilidade de acordo, desde que todas as partes consintam, enquanto no IRDR, não há essa

“Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” no PL 8.046/2010. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, Março/2013, vol. 217/2013, p. 265

29 VIAFORE, Daniele. As semelhanças e as diferenças entre o procedimento-modelo Musterverfahren “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” no PL 8.046/2010. Revista de Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, Março/2013, vol. 217/2013, p. 266

30 VIAFORE, *op. cit.*, p. 266/268

previsão.

Talvez a maior das diferenças é referente ao efeito vinculante das decisões firmadas no âmbito dos incidentes. No procedimento-modelo, a decisão proferida é aplicável apenas para os processos pendentes, ou seja, para os processos ajuizados antes ou na pendência do procedimento-modelo, e não se aplica aos processos futuros. No Brasil, conforme já exposto, a decisão firmada em IRDR deverá ser aplicada aos processos pendentes e aos futuros, de modo que a decisão terá efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, tais como as súmulas vinculantes.

### **1.3 Dos fundamentos jurídicos para aplicação da vinculação dos precedentes:**

#### **1.3.1. Princípio da Isonomia:**

O principal fundamento para a aplicação da teoria dos precedentes é o princípio constitucional da isonomia, previsto no art 5º, *caput*, da Constituição Federal, pelo qual “todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza”.

A isonomia não é uma imposição apenas ao legislador, mas também aos órgãos jurisdicionais que a aplicam por meio de atos concretos<sup>31</sup>. Por ser o Brasil um país de extenso território e grande população, muitas causas se repetem com fatos substanciais idênticos, porém, com julgamentos distintos. A violação à isonomia ocorre tanto no resultado final do processo quanto na forma e no tempo necessário para o desfecho do litígio. As divergências jurisprudenciais, especialmente nas primeiras instâncias, são benéficas e necessárias ao amadurecimento da discussão sobre a causa, no entanto, a manutenção eterna da divergência passa a ser nociva quando somente contribui para a multiplicação de demandas e para o abarrotamento do Poder Judiciário<sup>32</sup>.

31 Sobre o tema: “O princípio da isonomia não se direciona apenas ao legislador. O seu resguardo não demanda apenas que a lei outorgue iguais vantagens, ônus e obrigações àqueles que estão em situação idêntica segundo o critério de discriminação eleito pela norma jurídica. A lei, enquanto preceito genérico, impessoal e abstrato, não atinge imediatamente a esfera jurídica de quem quer que seja. São os atos concretos de sua aplicação que efetivamente condicionam as vidas das pessoas. Logo, a limitação do princípio à função legislativa implica torná-lo garantia formal, vazia, inconsequente e inútil. Não adianta assegurar que os indivíduos estão sujeitos à mesma lei, se cada um deles receber uma interpretação distinta daquele texto, a implicar, na prática, consequências, efeitos jurídicos diversos para fatos semelhantes.” MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 775-776

32 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 776-777

Embora a isonomia seja o principal fundamento da aplicação dos precedentes vinculantes, a mera aplicação do precedente não garante, por si só, o respeito à isonomia. É, na verdade, o modo como será feita a aplicação que garantirá o respeito a esse princípio, já que é possível o respeito ao precedente sem que se promova a igualdade<sup>33</sup>.

O objetivo mais proeminente do IRDR, na medida em que tenta uniformizar a aplicação das mesmas teses jurídicas aos mesmos casos concretos, é garantir a isonomia no sistema jurisdicional.

### **1.3.2. Princípio da Segurança Jurídica**

Um dos objetivos do processo judicial é conferir previsibilidade e segurança às relações sociais a fim de que os jurisdicionados possam saber de antemão e com clareza quais os seus direitos e deveres. É necessário que os jurisdicionados saibam efetivamente quais os limites impostos pelo Poder Judiciário, já que é este quem diz quais as condutas permitidas e proibidas ao interpretar as normas jurídicas. Ao se eternizar as divergências jurisprudenciais, prejudica-se o direito à segurança jurídica, já que as consequências de ações idênticas podem ter desfechos diferentes a depender do órgão jurisdicional que julga cada ação<sup>34</sup>.

Ainda, o processo judicial deve ter por objetivo não só resolver os casos concretos, mas também evitar que outros litígios surjam pelos mesmos motivos. Enquanto o respeito à segurança jurídica desencoraja o ajuizamento de novos processos, o desrespeito a esse princípio e a incerteza de uma decisão que lhes possa favorecer faz com que os jurisdicionados procurem cada vez mais a tutela jurisdicional<sup>35</sup>.

A divergência jurisprudencial, como já dito, nem sempre implica a insegurança

33 GUEDES, Jefferson Carús. Igualdade da aplicação da lei no Brasil e os “precedentes” nativos. *Revista Jurídica*, v. 62, n. 437, ex. 2, março/2014.

34 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: *Direito Jurisprudencial - Volume II*. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 780

35 Sobre o tema: “Cria-se, pois, um incentivo à persistência dos litígios, uma vez que o autor - ou seu patrono -, ciente de que o seu pleito não está amparado pela jurisprudência dominante ou súmula do STF? ou dos Tribunais Superiores, tem a perspectiva ou a brecha para conseguir o acolhimento de sua pretensão, caso o processo seja distribuído a um juízo com entendimento divergente - e, em casos extremos e patológicos, poderá ser tentado a se valer de expedientes execráveis para dirigir a distribuição àquele órgão jurisdicional - e haja uma desídia recursal por parte do demandado. Por outro lado, o devedor também não se sentirá animado a cumprir obrigações indiscutíveis em face da jurisprudência pacífica daqueles tribunais, pois sabe que poderá se exonerar do adimplemento, desde que conte com o azar do credor na distribuição e com a incúria processual do patrono deste”. MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: *Direito Jurisprudencial - Volume II*. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 780

jurídica. A tolerância aos dissídios principalmente nas primeiras instâncias é saudável até certo ponto, já que a história do direito brasileiro no século XX revela que muitos avanços na jurisprudência, decisões que se anteciparam à lei, rompendo paradigmas, começaram nas primeiras instâncias, onde o contato do magistrado com os jurisdicionados é muito maior. O inconveniente da vinculação automática aos precedentes seria inibir precocemente os movimentos de atualização da jurisprudência<sup>36</sup>, pois seria utópico almejar a segurança jurídica total, de forma a impô-la antes mesmo do surgimento das divergências jurisprudenciais entre os magistrados de primeira instância<sup>37</sup>.

O propósito do IRDR de uniformizar a tutela jurisdicional presume que o incidente seja aplicado de forma adequada a cada caso concreto e de forma não mecânica, o que garantirá que o juiz analise todo o suporte fático do caso, concluindo pela aplicação ou não da tese do incidente ao caso concreto.

### **1.3.3. Princípios do contraditório e da ampla defesa**

O funcionamento do Poder Judiciário e a formação de jurisprudência pressupõem um processo democrático e participativo. Os incidentes de resolução de demandas de massa (tanto as súmulas vinculantes, como a repercussão geral, os recursos repetitivos e, agora, o IRDR) devem garantir a intervenção das partes e de terceiros interessados, que podem ser ouvidos e apresentar argumentos, provas e teses nas matérias que lhes disserem respeito, o que democratiza a discussão sobre a tese jurídica.

Conforme explica Mattos, nem sempre o processo legislativo garante a participação direta da sociedade e a participação e oitiva de associações representantes do grupo afetado pelas normas criadas. A deliberação das matérias no processo legislativo não costuma ser tão ampla, acessível e clara como no processo judicial, de forma que cabe ao Poder Judiciário garantir a representatividade desses grupos na discussão das matérias que lhes afetem<sup>38</sup>.

36 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 250

37 YOSHIKAWA, *op. cit.*, p. 252

38 Sobre o tema: “Em segundo lugar, o funcionamento do Poder Judiciário, no desempenho da atividade jurisdicional- que vai levar à produção de precedente, jurisprudência e súmula vinculantes -, é, substancialmente, democrático e participativo, na medida em que capacita, por injunção dos princípios processuais da inércia e do contraditório e da ampla defesa, a intervenção das partes e de terceiros interessados, que podem ser ouvidos e apresentar argumentos, provas e teses para convencer o magistrado a respeito do acerto de suas postulações. No processo legislativo, a participação direta da sociedade e a possibilidade de oitiva ou de intervenção de qualquer interessado na matéria objeto de deliberação não é tão

Há, porém, uma forte crítica sobre a violação do direito ao contraditório na vinculação das teses firmadas em IRDR, que diz haver um verdadeiro julgamento antecipado da lide anterior mesmo à formação da relação jurídica<sup>39</sup>.

Porém, o IRDR não presume violações ao contraditório e à ampla defesa. A crítica quanto a um suposto julgamento anterior mesmo à formação da lide com a consequente supressão do contraditório é pertinente, no entanto, não cabe na aplicação ideal do IRDR, uma vez que não há, de fato, um julgamento anterior. Em verdade, o juízo de aplicação ou não da tese do incidente só é feito após a formação da lide e instrução do processo.

### **1.3.4. Princípio da separação dos poderes**

A evolução do pensamento jurídico-político produziu a concepção de que não existem mais atribuições que são, de modo absoluto, inerentes a um poder ou outro. É possível, como se observa no sistema político do Brasil, a existência de competências atípicas dos poderes e a comunicabilidade das atribuições, o que demonstra que a separação dos poderes não possui mais uma feição absoluta e intransigente que apresentava à época do Iluminismo e da Revolução Francesa<sup>40</sup>.

A legislação pátria reconhece, por diversos institutos, a possibilidade do Poder Judiciário editar normas judiciais de cunho abstrato, genérico e endereçadas para uma coletividade de sujeitos, que assumem feições similares as dos atos legislativos, embora se subordinem aos ditames legais<sup>41</sup>.

ampla, acessível e clara. Muitas vezes, aqueles grupos marginais, minoritários, sem representação parlamentar, não conseguem qualquer audiência no seio do Congresso Nacional, ao passo que essa oitiva ou participação é plenamente assegurada no âmbito do processo judicial, o que garante uma representatividade mais ampla na edição do preceito genérico”. (MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: *Direito Jurisprudencial - Volume II*. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 785)

39 GONÇALVES, Marcelo Barbi. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a Magistratura Deitada. *Revista de Processo: RePro*, v. 38, n. 222. Agosto/2013, p. 221–248

40 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: *Direito Jurisprudencial - Volume II*. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 787

41 Sobre o tema: “A ordem constitucional e legal pátria, ao longo do tempo, conferiu ao Poder judiciário, em suas diversas instâncias, atribuição para, no exercício da função jurisdicional, editar provimentos judiciais de cunho genérico, abstrato, endereçados a uma coletividade de sujeitos que não são especificados no comando judicial, como é o caso das ações de fiscalização abstrata e objetiva da constitucionalidade de leis e atos normativos, dos dissídios coletivos, relacionados ao poder normativo da justiça do Trabalho, e das ações coletivas. Em todos os casos, em maior ou menor grau, o Poder judiciário brasileiro, no exercício de sua função típica, sob o imperativo dos princípios da inércia, do contraditório e da ampla defesa, e da imparcialidade, está emitindo atos que se afastam do paradigma clássico da sentença, que alberga uma norma jurídica concreta e individual, concebida para regular a relação jurídica material entre as partes que



O uso da jurisprudência e dos precedentes vinculantes na fundamentação das decisões judiciais não decorre da ausência da lei, ou para suprir lacunas ou omissões legislativas, pelo contrário, pressupõe a interpretação e integração das normas. A criação de jurisprudência vinculativa depende da existência de lei e, embora crie direitos não previstos em lei, não constrange a atuação do Poder Legislativo, já que este pode editar legislação em sentido contrário a qualquer tempo, fazendo caducar a regra disposta no precedente vinculante<sup>42</sup>.

Por um lado, pode-se dizer que a jurisprudência vinculante dos tribunais corrobora o princípio da separação dos poderes, na medida em que restringe a arbitrariedade dos juízes em decidir diferentemente sobre casos idênticos quando atuam como legisladores positivos em demandas individuais<sup>43</sup>.

Não há, na hipótese de aplicação do IRDR, um processo legislativo ou mesmo um processo que usurpe a competência do Poder Legislativo, mas apenas uma adequação da forma de prestação da tutela jurisdicional.

### **1.3.5. O princípio da independência da magistratura**

A independência da magistratura é o princípio que garante a incolumidade do juiz no exercício regular do seu ofício. Trata-se de garantia contra a coação das partes ou de terceiros, que se insere no princípio da imparcialidade do julgador e do juiz natural. É, portanto, também uma garantia do jurisdicionado, não somente do juiz e, por isso, não é uma garantia absoluta e nem pode ser vista como um fim em si mesma. A independência dos magistrados não pode ferir o direito dos jurisdicionados à isonomia quanto a poder receber o mesmo tratamento oferecido em outro caso idêntico<sup>44</sup>.

De fato, o próprio ordenamento jurídico admite que as decisões de instâncias inferiores sejam substituídas por outras de instâncias superiores. É da natureza do nosso

especificamente ocupam os dois polos da relação jurídica processual. Os comandos exarados pelos órgãos jurisdicionais em tais ações, pelo fato de terem aplicação compulsória a uma generalidade de situações com características semelhantes, ainda que discutidas, posteriormente, em processos individuais por juízes diversos, assumem feições próximas dos atos legislativos, embora estejam subordinados à lei, sem supremacia sobre o Poder Legislativo”. MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 787-788

42 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 790.

43 MATTOS, *op. cit.*, p. 791

44 MATTOS, *op. cit.*, p.793



sistema jurisdicional a derrogação de decisões e entendimentos das instâncias inferiores pelas superiores, o que não pressupõe qualquer ofensa ao princípio da independência do magistrado<sup>45</sup>.

As divergências jurisprudenciais entre as primeiras instâncias e as superiores, embora sejam saudáveis até certo ponto, como já exposto, se forem eternizadas, causam insegurança jurídica e desnecessário dispêndio de dinheiro público, já que as decisões emitidas em primeira instância serão sempre reformadas nos tribunais superiores após anos de curso do processo.

Por outro lado, na hipótese dos precedentes vinculantes, caberá ainda aos juízes a ponderação acerca da aplicabilidade da tese definida ao caso concreto. O juiz, analisando individualmente a demanda, deverá fundamentar a aplicação da tese, demonstrando a identidade das demandas, ou a sua não aplicação. O juiz não fica estritamente vinculado a um desfecho específico da lide e continuará a ter liberdade para fazer o cotejo das provas e atribuí-las o valor que ponderar, só não terá mais liberdade para aplicar a casos idênticos desfechos distintos. A vinculação diz respeito somente às questões jurídicas decididas pelo colegiado responsável pela uniformização.

Portanto, a aplicação dos precedentes vinculantes não pode ser considerada um ato mecânico, automático ou inconsciente. Os juízes das instâncias inferiores ainda conservam o seu poder de subsunção, que consiste na liberdade de valorar as provas e investigar a verdade dos fatos, comparando o caso concreto com o caso-piloto, sob a técnica do *distinguishing*, e fundamentando as decisões que aplicarem ou afastarem a tese jurídica do precedente<sup>46</sup>.

Há, por outro lado, uma forte crítica referente ao enfraquecimento do debate jurídico nas primeiras instâncias. Há quem defenda que a vinculação dos precedentes não é uma boa solução, pois pode dispensar os prévios juízos de primeiro grau, que são necessários para que a questão seja examinada por diferentes ângulos. O inconveniente de se admitir a instauração de um incidente de uniformização antes mesmo da prolação da sentença é que pode parecer

45 Sobre o tema: “A liberdade de julgar acaba se revelando uma falácia, porque, salvo as raras hipóteses de falta de interposição de recurso pela parte sucumbente, a solução final do conflito será dada pelo STF ou pelo STJ, que reformarão as decisões das instâncias inferiores antagônicas aos seus enunciados sumulares, vinculantes ou não, e à sua jurisprudência dominante, à custa de dispêndio de tempo e dinheiro pelas partes e pelo próprio Poder Judiciário”. MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 790.

46 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 798

que se está suprimindo a primeira instância, já que, diferentemente do procedimento alemão em que o processo é avocado para julgamento originário pelo tribunal, no nosso ordenamento jurídico, o julgamento é feito já na segunda instância, vinculando-se a primeira<sup>47</sup>.

É relevante destacar que o juízo de primeira instância continua a exercer um dos mais importantes ofícios no processo judicial, que é a instrução. Somente após a instrução processual é que se poderá avaliar se dada tese jurídica se aplica àquele caso concreto. Não se pode, portanto, presumir a violação ao princípio da independência do magistrado.

### **1.3.6. Da competência constitucional dos tribunais superiores para a uniformização da jurisprudência**

Ao atribuir ao STF a competência de guarda da Constituição<sup>48</sup>, o constituinte estabeleceu que as divergências jurisprudenciais seriam resolvidas, em última palavra, pelo STF. Este também foi o raciocínio que aplicou no art. 105, III, c, da CF/88<sup>49</sup> a respeito do STJ e aos demais tribunais superiores em sua área de competência. Admitir divergências jurisprudenciais permanentes, mesmo após o posicionamento do tribunal superior, implicaria a inversão da estrutura judiciária e o amesquinamento do papel do Poder Judiciário<sup>50</sup>.

A função de uniformização da jurisprudência só pode ser exercida se existir a jurisprudência vinculante porque, do contrário, de nada adiantaria um tribunal superior fixar uma tese e os órgãos jurisdicionais de instâncias inferiores continuarem aplicando outras teses divergentes<sup>51</sup>, ou mesmo os magistrados, em suas decisões monocráticas, não respeitarem as

47 Sobre o tema: “Não se tratando de causa de competência originária do tribunal e não havendo ainda recurso, a decisão a respeito da interpretação do direito não constitui uma questão prévia a ser resolvida pelo tribunal antes de proferir um julgamento, porque o julgamento propriamente dito, ainda que condicionado, não será proferido pelo órgão ad quem, mas pelo órgão a quo. Não há, em verdade, incidente, mas a avocação pelo tribunal de parcela das questões relevantes para o julgamento do mérito 27 (e não do próprio mérito), o qual, assim, fica cindido: o órgão ad quem julgará a(s) questão(ões) de direito reputada(s) relevante(s) e o órgão a quo as questões de fato, bem como eventuais questões de direito não avocadas pelo tribunal (as não relevantes)”. YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 252

48 Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...)

49 Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: (...) c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

50 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 805

51 Sobre o tema: “Uniformizar jurisprudência significa eliminar a divergência de interpretação que levou à interposição do recurso, como também prevenir dissensos futuros. As idênticas controvérsias jurídicas não

teses jurídicas criadas pelo colegiado no âmbito do tribunal o qual pertencem.

A formulação de uma tese jurídica em âmbito de IRDR permite uma uniformização dos julgados antes mesmo da prolação de decisão por tribunal superior e, caso seja a hipótese de revisão da tese pelo tribunal superior, a competência de uniformização desses tribunais continuará prevalecendo. Ainda, a criação da tese uniformizadora pelo tribunal superior ocorrerá de forma “compulsória”, já que há a presunção da repercussão geral ou o submetimento obrigatório ao rito dos repetitivos, conforme o caso.

### **1.3.7. Da evolução do direito**

Por último, é preciso destacar que de nenhum modo a tese jurídica vinculante deverá ser considerada um desfecho peremptório da discussão. O direito está em constante adaptação às novas configurações culturais, morais e sociais.

Além da liberdade do legislador em alterar a norma jurídica interpretada pelo colegiado julgador da tese vinculante, a mudança da tese pode feita no âmbito do Poder Judiciário, sob a técnica do *overruling*, pela qual o órgão judicial revisará a tese do precedente vinculante, podendo modificar ou cancelar o conteúdo da tese, desde que os motivos ou fundamentos sejam alterados ou extintos. Assim, não se pode falar em uma petrificação do direito, uma vinculação rígida e inflexível, já que a mudança da tese jurídica pode ocorrer sempre que houver mudanças que ensejem a alteração<sup>52</sup>.

Ainda, é normal que a medida que o tempo passe surja um descompasso entre a lei e a realidade social, que irá obrigar os magistrados a reverem posicionamentos firmados no precedente vinculante. Uma demora nesse processo de atualização pode significar um

podem continuar a receber respostas judiciais díspares após a uniformização jurisprudencial pelos tribunais de superposição, nem a correção desse quadro pode ficar na exclusiva dependência da interposição de recurso pela parte prejudicada. Só é factível uma uniformização interpretativa efetiva e real se ela for acompanhada de eficácia vinculante para os demais órgãos judiciais. Caso contrário, a uniformização de interpretação somente ocorreria se todos os processos nos quais fosse proferida decisão divergente chegassem aos órgãos judiciais emissores da súmula, por intermédio de recurso de interposição voluntária pelo sucumbente. A ausência de força vinculante das decisões dos tribunais superiores aniquila a sua função, a sua razão de ser, que é exatamente construir balizas, lançar diretrizes no tocante às questões de direito para os seus julgamentos e para os demais órgãos integrantes do Poder Judiciário no exame de litígios similares. MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 805-806

52 MATTOS, Luiz Norton Baptista. O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014. p. 808-809

prejuízo irremediável para uma infinidade de jurisdicionados<sup>53</sup>. Portanto, caberá ao Poder Judiciário dedicar esforços para que não se inibam os mecanismos de revisão das teses jurídicas formuladas em âmbito dos precedentes vinculantes. A proposta de um incidente de resolução de demandas repetitivas deverá ser vista como mais um dos mecanismos para tratamento das ações de massa, e não como uma solução para todos os nossos problemas de lentidão e incoerência do Poder Judiciário.

53 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 250/251

## **2. O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

### **2.1. Art. 976 – Finalidade do incidente, requisitos e custas processuais**

Depreende-se da redação do art. 976 do CPC<sup>54</sup> que a finalidade do IRDR é evitar que as demandas que envolvam a mesma questão exclusivamente de direito possam gerar riscos à isonomia e à segurança jurídica. A instauração do incidente exige que se tenha uma multiplicidade de demandas repetitivas. A redação do inciso I do referido artigo, ao dispor que é necessária a “efetiva repetição de processos”, excluiu a hipótese de uma potencial multiplicação de processos para fins de instauração do incidente<sup>55</sup>.

Além da multiplicidade, é necessário que a matéria controversa dos processos seja uma ou mais questões exclusivamente de direito, de modo que, diferentemente do procedimento-modelo alemão, não poderá haver controvérsia de questões fáticas. O incidente exige ainda que se tenha um risco à isonomia e à insegurança jurídica, portanto, não se exige a efetiva violação dos princípios para a instauração do incidente, sendo suficiente a comprovação de risco a esses valores.

Conforme explicam Marinoni-Arenhart e Mitidiero, não basta que existam decisões diferentes a respeito da mesma questão de direito, é necessário que essas divergências repercutam na segurança jurídica, ou seja, “no grau de cognoscibilidade, estabilidade e confiança, para a população e para as próprias estruturas judiciais, a respeito de como dada situação será tratada pela Justiça Civil”<sup>56</sup>. Embora seja natural a divergência jurisprudencial nas primeiras instâncias, o legislador sugeriu que essas divergências somente são saudáveis até o momento em que não imponham riscos à isonomia e à insegurança jurídica.

Embora a pendência de julgamento da causa seja um dos pontos controvertidos na

54 Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. § 1º-A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente. § 2º-Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono. § 3º-A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado. § 4º-É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva. § 5º-Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

55 MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo Código de Processo Civil Comentado – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. [s.d.]. p. 913

56 MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo Código de Processo Civil Comentado – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. [s.d.]. p. 913

interpretação das normas do IRDR, segundo Marinoni-Arenhart e Mitidiero, não deve ser entendida como um requisito para a instauração do incidente, mesmo porque o projeto do código continha a regra da pendência de julgamento, porém, esta parte foi suprimida na versão final do código<sup>57</sup>. Nesse mesmo sentido, há o Enunciado nº 22 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, que diz: “A instauração do IRDR não pressupõe a existência de processo pendente no respectivo tribunal.”

Porém, não deixa de ser contraditório que se admita o incidente para causas já julgadas e, às vezes, até com trânsito em julgado da decisão de mérito. Como ressaltou o Des. Getúlio Moraes Oliveira em voto divergente vencedor no julgamento de admissibilidade de incidente instaurado no TJDF, “o instituto chama incidente, o que já basta para ver que ele não tem vida autônoma”. Para o desembargador, o incidente pressupõe primeiramente a existência de um recurso pendente e, depois, uma transferência de competência excepcional. Sem este requisito, o incidente não pode ser reconhecido<sup>58</sup>. Diametralmente oposto ao enunciado da ENFAM, há o Enunciado nº 344 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis – FPPC, que diz: “A instauração do incidente pressupõe a existência de processo pendente no respectivo tribunal”.

Por outro lado, ainda no mesmo julgamento na Câmara de Uniformização do TJDF, o Des. Teófilo Caetano, fazendo um contraponto, lembrou em seu voto que o próprio Código induz ao caminho de que não há necessidade de processo pendente, ao prever no § 1º do art. 976 que a desistência ou o abandono do processo em que se instaurou o incidente não impede o exame de mérito do incidente.

Nesse ponto, cumpre destacar a explicação de Didier Jr., no I Encontro Baiano de Defesa do Consumidor. Segundo o jurista, vários países adotam técnicas de julgamento de demandas em massa e tais técnicas podem ser divididas em dois grupos principais a depender das características do julgamento: o primeiro é o modelo do “caso-piloto”, em que o tribunal escolhe um caso para definir a tese jurídica e aplica a tese ao caso escolhido, de modo que há também um julgamento de mérito no processo escolhido, além da definição da tese; o segundo é o “caso-modelo”, em que, a despeito do tribunal escolher um processo em que se dará o julgamento do incidente, o tribunal apenas fixa uma tese jurídica, sem aplicá-la ao caso concreto. A aplicação da tese, no segundo modelo, fica a cargo de cada magistrado

57 MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, *op. cit.*, p. 914

58 BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Acórdão do IRDR 20170020167547 DF 0017566-97.2017.8.07.0000; Relator: Sebastião Coelho – Câmara de Uniformização, DJe: 26/10/2017. p. 596/597.

responsável pelo julgamento das causas afetadas.

O Brasil adotou um sistema misto, já que o Código prevê a definição da tese com a aplicação ao caso concreto, ou seja, no processo em que se instaurou o incidente. Porém, também prevê a hipótese de fixação de tese sem julgamento de mérito do processo nos casos em que as partes desistem ou abandonam o processo, conforme a hipótese do art. 976, § 1º. O modelo de “caso-piloto”, para Didier Jr, é a regra geral já que na maioria dos casos haverá o julgamento do mérito do processo originário, mas haverá hipóteses em que o tribunal fixará a tese jurídica, sem aplicá-la ao processo originário. Segundo o jurista, a intenção do legislador foi evitar que os grandes litigantes no Brasil que tiram proveitos da litigância possam se beneficiar da desistência do processo<sup>59</sup>.

Ainda quanto aos requisitos de admissibilidade do incidente, segundo a previsão do § 4º do art. 976, é imprescindível que não existam recursos repetitivos de mesma matéria pendentes de análise pelo Superior Tribunal de Justiça.

Sobre o abandono ou desistência da parte no processo em que se instaurou o incidente, o Ministério Público assumirá o papel da parte desistente. A desistência do recurso ou da ação fica restrita ao respectivo recurso ou ação principal, de forma que eventual formulação de tese jurídica não afetará a parte desistente, ao menos que a parte proponha novamente a mesma ação, hipótese em que estará sujeita à aplicação da tese jurídica definida<sup>60</sup>.

Cabe também ressaltar que, por se tratar de um incidente para uma análise abstrata das questões de direito, não se exige o pagamento de custas e honorários advocatícios no IRDR, uma vez que não se trata de um processo litigioso com vencedores e sucumbentes, mas de um instrumento para definição de uma tese jurídica.

## **2.2. Art. 977 – Legitimidade e documentos necessários**

Sobre a legitimidade, o art. 977<sup>61</sup> prevê que os incidentes poderão ser instaurados de ofício, pelo juiz ou relator responsáveis pelo processo em que surja a controvérsia, ou a

59 DIDIER JR., Fredie. I Encontro Baiano de Defesa do Consumidor. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o CDC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGxD-5ONMig>.

60 MACHADO, Daniel Carneiro. A (in)compatibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas com o modelo constitucional de processo: a participação democrática do juiz e das partes na construção do provimento jurisdicional. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2016. p. 112

61 Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal: I - pelo juiz ou relator, por ofício; II - pelas partes, por petição; III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição. Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.

requerimento, pelas partes, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.

O texto legal não ficou muito claro a respeito da possibilidade de pedido liminar de instauração do incidente, antes mesmo da citação da parte ré. Conforme apontou Yoshikawa antes mesmo da aprovação do texto final do código, em observância ao contraditório, seria importante aguardar a apresentação de resposta da outra parte processual, até para enriquecer o debate antes da instauração do incidente<sup>62</sup>.

A legitimidade do Ministério Público é ampla e decorre da sua própria função institucional de defesa da ordem jurídica, prevista no art. 127 da CF. A legitimidade da Defensoria Pública, por sua vez, depende da demonstração da pertinência entre a questão objeto do IRDR e a sua função institucional, de modo que as Defensorias só poderão suscitar a instauração do incidente nas causas em que se demonstre a necessidade de defesa dos direitos dos hipossuficientes, conforme o art. 134 da CF<sup>63</sup>.

O Ministério Público pode suscitar a instauração do incidente ainda que não seja parte no processo e não esteja atuando como fiscal da lei em processo individual ou coletivo, bastando que demonstre que a lesão ao direito discutido compromete também interesses sociais qualificados, sob pena de não ficar caracterizada sua legitimidade para suscitar a instauração do incidente<sup>64</sup>.

O parágrafo único impõe que o requerente deverá demonstrar todos os requisitos por

62 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 255

63 MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo Código de Processo Civil Comentado – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. [s.d.]. p. 914.

64 Sobre o tema: “Havia controvérsia, no entanto, sobre a legitimidade do parquet para a propositura de ação coletiva para a proteção de direitos individuais homogêneos disponíveis e divisíveis, cujos processos acarretam a chamada litigiosidade repetitiva ou de massa, o que poderia gerar dúvida diante da novel legislação sobre a legitimidade do Ministério Público também para requerer a instauração de IRDR que versar sobre questão de direito repetitiva relacionada aos referidos direitos individuais homogêneos. Estancando qualquer controvérsia sobre o tema, a jurisprudência dos tribunais superiores sedimentou recentemente o entendimento em favor da legitimidade do Ministério Público para promover ação civil pública visando a defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, desde que presente a relevância social objetiva do bem jurídico tutelado (a dignidade da pessoa humana, a qualidade ambiental, a saúde, a educação, para citar alguns exemplos) ou diante da massificação do conflito em si considerado.

(...)

Assim, quando a questão controvertida de direito estiver atrelada a interesses individuais homogêneos divisíveis e disponíveis, cumprirá ao Ministério Público, no exercício de suas funções institucionais, demonstrar que a lesão a tal direito compromete também interesses sociais qualificados, sob pena de não restar caracterizada a legitimidade específica para a instauração do IRDR, que não deixa de ser espécie de tutela coletiva voltada para resolução em bloco de demandas repetitivas.”. MACHADO, Daniel Carneiro. A (in)compatibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas com o modelo constitucional de processo: a participação democrática do juiz e das partes na construção do provimento jurisdicional. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2016. p. 106/108



meio de provas pré-constituídas na petição inicial, demonstrando a existência da multiplicidade das demandas e os riscos à isonomia e à segurança jurídica.

### **2.3. Art. 978<sup>65</sup> - Competência e prevenção**

Os órgãos de segunda instância responsáveis pelo julgamento originário do IRDR são os órgãos indicados pelo regimento interno de cada tribunal, responsáveis pela uniformização da jurisprudência dos tribunais. Conforme o parágrafo único do art. 978, os tribunais que julgam o incidente ficam preventos para o julgamento de quaisquer recursos ou remessa necessária ou processo de competência originária de onde se originou o incidente.

O projeto do código previa que o incidente seria julgado pelo tribunal pleno ou órgão especial, onde houvesse. No entanto, além de inconveniente, essa previsão era inconstitucional, já que é prerrogativa constitucional dos tribunais<sup>66</sup> disciplinar a competência dos seus órgãos fracionários, ressalvados os casos disciplinados constitucionalmente<sup>67</sup>.

Assim, os tribunais que julgaram o IRDR e criaram a tese jurídica vinculante também serão responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos da decisão no incidente e também analisarão os pedidos de revisão da tese, que poderá ser feita de ofício, e a qualquer tempo.

### **2.4. Art. 979<sup>68</sup> - Publicidade**

Quanto ao dever de publicidade dos atos pertinentes ao IRDR, os tribunais devem dar a mais ampla e específica divulgação aos atos, por meio de registro no Conselho Nacional de

65 Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

66 Art. 96. Compete privativamente: I - aos tribunais: a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

67 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 257

68 Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça. § 1º-Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro. § 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterà, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados. § 3º-Aplica-se o disposto neste artigo ao julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário.

Justiça. Cada tribunal também deverá manter um banco de dados, que indique todas as questões de direito já discutidas sob o rito do IRDR, determinando exatamente quais os fundamentos e normas discutidas no incidente.

É recomendado que os tribunais deem a mais ampla divulgação das informações relativas à matéria do incidente, delimitando de forma específica os dispositivos legais em discussão e o quadro fático do IRDR. Assim, incumbe aos tribunais adotar outros mecanismos de divulgação além daqueles exigidos em lei.

## **2.5. Art. 980<sup>69</sup> - Prazo de julgamento e preferência**

O prazo para julgamento do IRDR será de um ano, contado da data da instauração. A análise do incidente tem preferência sobre qualquer outro feito, com exceção dos pedidos de *habeas corpus* e os processos de réu preso.

Neste ponto, é válido ressaltar que, em geral, os órgãos julgadores do IRDR julgarão processos de matéria cível, e não tratarão de *habeas corpus* ou processos de réu preso. Mas foi pertinente a previsão de preferência do legislador, uma vez que, em razão da aplicação subsidiária do CPC aos processos penais, é possível a instauração do incidente em processos de matéria criminal<sup>70</sup>.

Findo o prazo de um ano, os processos que estavam suspensos tornarão ao seu curso regular, a menos que o relator, em decisão fundamentada, determine a prorrogação do prazo para julgamento do IRDR.

Nesse ponto, parece injustificável que apenas o relator tenha competência para

69 Art. 980. O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de *habeas corpus*. Parágrafo único. Superado o prazo previsto no caput, cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982, salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

70 Sobre a aplicabilidade do IRDR em processos penais, cumpre destacar o julgamento de admissibilidade do Incidente de nº 1000892-29.2016.8.01.0000, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em que se consignou: “Inicialmente, tendo em conta que o vetusto Código de Processo Penal de 1941 não contempla instituto que sequer se aproxime do moderno instrumento de resolução de demandas de massa que é o IRDR. Em verdade, um dos únicos instrumentos que o CPP estatui para a uniformização da jurisprudência dos tribunais são os Embargos Infringentes e de Nulidade (art. 609, parágrafo único), recurso cujos requisitos são substancialmente distintos e o qual, ao contrário do incidente em comento, não abrange a possibilidade de uniformização jurisprudencial com efeitos vinculantes. Tampouco há que se falar em incompatibilidade do incidente com os demais institutos processuais penais. Muito embora não seja possível a aplicação irrestrita das consequências da fixação de uma tese no âmbito de um IRDR – sendo absolutamente descabido, por exemplo, pensar em tutela provisória de evidência no âmbito do processo penal (CPC, art. 928, II c/c 311, II) –, certo é que a jurisprudência decorrente de um incidente deste jaez deve obrigatoriamente ser observada pelos juízos de primeiro grau (art. 927, III 11 do CPC), o que promove um tratamento isonômico entre os jurisdicionados.”

prorrogar a suspensão dos demais processos, concentrando nas mãos de um único magistrado o poder de julgamento da matéria do incidente. Na opinião de Yoshikawa, ou se adota uma prorrogação automática, até o término do julgamento do mérito do incidente, ou se atribui ao colegiado a competência para apreciar a prorrogação da suspensão<sup>71</sup>.

## **2.6. Art. 981 – Juízo de admissibilidade**

O juízo de admissibilidade é feito pelo próprio órgão que julgará o incidente e deve ser feito pelo órgão colegiado e não pelo relator em decisão monocrática. Segundo o art. 981<sup>72</sup>, a análise da admissibilidade deverá examinar a existência dos requisitos previstos no art. 976, ou seja, as provas juntadas referentes à multiplicidade das demandas, à controvérsia sobre a mesma questão de direito, à demonstração do risco à isonomia e à segurança jurídica e à inexistência de recurso especial repetitivo afetado com a mesma matéria.

## **2.7. Art. 982 – Suspensão dos processos, prerrogativas do relator, intervenção do Ministério Público e pedido de tutela de urgência**

Conforme dispõe o art. 982<sup>73</sup>, admitida a instauração do IRDR, todos os processos em curso no tribunal e nas primeiras instâncias de mesma jurisdição do tribunal que envolvam a mesma questão de direito são suspensos até o julgamento de mérito do incidente.

Durante o período em que o incidente for instaurado e ainda não julgado, os processos

71 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 264-265

72 Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976.

73 Art. 982. Admitido o incidente, o relator: I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso; II - poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias; III - intimará o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. § 1º-A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes. § 2º-Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso. § 3º-Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III, poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado. § 4º-Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º-deste artigo. § 5º-Cessa a suspensão a que se refere o inciso I do caput deste artigo se não for interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra a decisão proferida no incidente.

que forem ajuizados com a mesma matéria também serão suspensos até o julgamento do incidente. A parte poderá impugnar perante o juízo de primeira instância a afetação do seu processo para o rito do IRDR, seja demonstrando que o seu caso não é o mesmo do caso-piloto quando o processo estiver afetado, seja demonstrando que se trata do mesmo caso quando o juiz não houver reconhecido a identidade entre os casos.

O relator também terá a prerrogativa de requisitar informações aos órgãos jurisdicionais em que tramitam as causas afetadas pelo incidente, sendo o prazo de resposta dos magistrados de quinze dias. O relator, após a suspensão dos processos deverá intimar o Ministério Público, a quem compete intervir em todos os IRDR, sob pena de nulidade. O Ministério Público também terá o prazo de quinze dias para, querendo, manifestar-se no processo.

Conforme ressaltou Yoshikawa em análise sobre o projeto do código, em razão da matéria tratada no incidente transcender o interesse das partes do processo originário, não há razão para que a requisição de informações pelo relator do incidente se limite apenas ao juiz do processo originário, de modo que deve lhe ser facultado requisitar informações a quaisquer juízes responsáveis por processos que tratem da mesma matéria do incidente. Ainda, deveria ser facultado a qualquer magistrado de primeira ou segunda instância a possibilidade de se manifestar nos autos do incidente, seja suscitando argumentos não contemplados no processo em que se instaurou o incidente, seja fornecendo subsídios a respeito das situações de fato às quais se aplicará a tese jurídica firmada no incidente, independentemente de provocação do relator<sup>74</sup>.

Em razão da maior proximidade entre as partes e o magistrado de primeira instância, eventual pedido de tutela de urgência deve ser examinado pelo juiz de origem, a qualquer tempo, independentemente do julgamento do incidente.

A despeito da previsão do julgamento de pedido de tutela independente da suspensão do processo, o texto desse dispositivo não deixou muito claro sobre a possibilidade de cumulação de pedidos. Nessa hipótese, pela sistemática que o texto sugere, todo o processo é suspenso, com desnecessário prejuízo para a parte, pois mesmo a produção de provas referente a um pedido que não diz respeito à matéria do incidente ficaria obstada até o fim da suspensão dos processos. A matéria da possibilidade de julgamento parcial do mérito mesmo

74 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 256

durante a suspensão do processo chegou a ser discutida, porém, não foi incluída no texto final do código<sup>75</sup>.

Conforme prevê os §§ 3º, 4º e 5º, todos os legitimados para o pedido de instauração do IRDR podem requerer a ampliação dos efeitos suspensivos do incidente, com efeitos em todas as jurisdições em território nacional. Para tanto, o pedido deve ser dirigido ao tribunal superior ao de julgamento do incidente e poderá ser feito depois da interposição de eventual recurso da decisão que julgou o mérito do incidente, ou mesmo antes da interposição do recurso. Se o pedido de ampliação dos efeitos for deferido antes do julgamento do incidente, ele subsistirá até o fim do prazo para interposição de recurso da decisão. Caso nenhum recurso seja interposto, os efeitos da suspensão cessam.

Importante ressaltar que os efeitos nacionais de suspensão dos processos também ficam limitados ao prazo de um ano, salvo decisão fundamentada do relator do recurso especial ou do recurso extraordinário.

## **2.8. Art. 983 – Instrução do incidente**

O art. 983<sup>76</sup> prevê a participação dos interessados na matéria tratada no incidente, inclusive de associações e entidades representantes dos grupos afetados pela matéria, na qualidade de *amicus curiae*. O prazo para requerimento de juntada de documentos e demais diligências é comum de quinze dias. Após o término do prazo comum, o Ministério Público terá o prazo de mais quinze dias para se manifestar no processo.

O dispositivo fez bem em não limitar o número de interessados que podem intervir no processo, na qualidade de *amicus curiae*. A história dos julgados do STF demonstra que a contribuição de juristas com conhecimento a respeito da matéria discutida sempre foi de grande valia para os julgamentos no Supremo<sup>77</sup>.

Dada a relevância das matérias e do julgamento do IRDR, o relator poderá designar

75 YOSHIKAWA, *op. cit.*, p. 258

76 Art. 983. O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo. § 1º-Para instruir o incidente, o relator poderá designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria. § 2º-Concluídas as diligências, o relator solicitará dia para o julgamento do incidente.

77 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 259

uma data para audiência pública, em que ouvirá o depoimento de pessoas com experiência e conhecimento na matéria. Após as diligências previstas no art. 983, o relator designará um dia para o julgamento do incidente.

## **2.9. Art. 984 – Etapas do julgamento**

O art. 984<sup>78</sup> determina a ordem em que se farão as sustentações orais no julgamento do incidente. O relator dará início ao julgamento com um relatório em que fará a exposição do objeto do incidente. Após o relatório, o autor, o réu do processo originário e o Ministério Público terão um prazo de trinta minutos cada um para sustentar suas razões.

A alínea “b” do inciso II do art. 984 prevê um prazo comum de trinta minutos, em que os demais interessados no processo poderão fazer suas sustentações orais, desde que se inscrevam para sustentação com, ao menos, dois dias de antecedência. Esse prazo de trinta minutos, no entanto, poderá ser dilatado caso muitos interessados se inscrevam para sustentação.

Sobre a sustentação oral no incidente, há críticas sobre o fato de que as partes interessadas (sejam *amicus curiae* ou partes dos processos afetados) dividirem entre elas trinta minutos para sustentar enquanto as partes do processo originário e o Ministério Público dispõem de 30 minutos cada um fere a isonomia e a paridade de armas, já que o interesse das partes nos demais processos que serão afetados pelo julgamento do incidente não é diverso e nem menor do que o das partes do processo originário. Não pode, portanto, haver uma diferença no tratamento dessas partes já que, a rigor, se o julgamento tem por objeto uma discussão de direito em tese, seria irrelevante qualquer indagação e diferenciação de ordem subjetiva<sup>79</sup>.

Cumprе ressaltar que o julgamento deverá apreciar todos os fundamentos suscitados, mesmo que alguns dos argumentos não tenham sido arguidos inicialmente no processo

78 Art. 984. No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem: I - o relator fará a exposição do objeto do incidente; II - poderão sustentar suas razões, sucessivamente: a) o autor e o réu do processo originário e o Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) minutos; b) os demais interessados, no prazo de 30 (trinta) minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com 2 (dois) dias de antecedência. § 1º Considerando o número de inscritos, o prazo poderá ser ampliado. § 2º-O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

79 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 260

originário.

Conforme mencionou Yoshikawa, é digna de nota a ausência de exigência de que a decisão seja tomada por maioria qualificada, como ocorre atualmente nas hipóteses de uniformização da jurisprudência. Isso pode acarretar uniformizações prematuras, instáveis, frutos de maiorias eventuais<sup>80</sup>.

Mesmo porque a tese jurídica formulada no âmbito do incidente terá força de súmula vinculante e prevalecerá, a princípio, por muito tempo. Portanto, não parece adequado que a tese seja oriunda de um julgamento apertado, que sugira a possibilidade de mudança de entendimento pouco tempo depois de firmada a tese.

## **2.10. Art. 985<sup>81</sup> - Efeitos vinculantes da decisão do IRDR e reclamação**

A tese definida no julgamento do IRDR vinculará todos os processos individuais ou coletivos que tratem da mesma matéria e que tramitem sob a mesma jurisdição do tribunal que julgou o incidente ou mesmo os processos que sejam ajuizados no futuro, até a alteração de entendimento sobre a mesma matéria.

Se alguma decisão for proferida em dissonância com o entendimento fixado, caberá reclamação a ser julgada pelo tribunal que julgou o incidente, desde que não haja decisão de mérito com trânsito em julgado no processo.

Quando a matéria tratada no incidente tratar de serviços sujeitos à autorização, concessão ou permissão, a agência reguladora responsável pelo setor econômico deverá ser comunicada para que imponha a observação da tese firmada.

## **2.11. Art. 986<sup>82</sup> - Revisão da tese**

Os pedidos de revisão do entendimento firmado no IRDR são julgados pelo mesmo

80 YOSHIKAWA, *op. cit.*, p. 264

81 Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986. § 1º-Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação. § 2º Se o incidente tiver por objeto questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

82 Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III.

tribunal que julgou a tese e podem ser feitos pelos mesmos legitimados para o pedido de instauração do incidente. A revisão da tese poderá ser feita de ofício também.

O pedido de revisão deve demonstrar especificamente os motivos pelos quais o entendimento merece mudar, evidenciando a alteração que competiu para a mudança do entendimento.

## **2.12 Art. 987<sup>83</sup> - Recursos**

Contra a decisão fixada no julgamento do IRDR, caberá recurso especial ou extraordinário, a depender da matéria impugnada e desde que preenchidos os requisitos de admissibilidade dos arts. 102 e 105 da CF, e independentemente da aplicação da tese firmada no caso concreto. Os recursos têm efeito suspensivo automático, além de que o recurso constitucional tem repercussão geral presumida.

Há um questionamento sobre a razão que se pretendeu atribuir efeito suspensivo automático aos recursos, já que isto destoa da tradição de nosso direito e discrepa da própria razão do incidente, além de apequenar a importância dos julgamentos proferidos pelos tribunais locais, já que a suspensão implicará na suspensão até a confirmação pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal. A sistemática sugere que a fixação das teses jurídicas somente é feita, de fato, pelos tribunais superiores<sup>84</sup>.

Julgado o mérito do incidente pelo STJ ou STF, a tese firmada por esses tribunais vinculará todos os processos em território nacional, cabendo igualmente reclamação ao tribunal superior que firmou ou confirmou a tese.

Embora o texto do Código seja silente a respeito da oposição de embargos de declaração da decisão de julgamento da tese do incidente, por não haver vedação, presume-se ser possível a oposição dos embargos nas hipóteses em que a decisão que julgou a tese apresentar qualquer contrariedade, obscuridade, omissão ou erro material.

Portanto, depreende-se das características do IRDR que o objetivo maior do incidente, em consonância com os preceitos do Código de Processo Civil de 2015, é a instituição de um

83 Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso. § 1º-O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida. § 2º-Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.

84 YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941. Revista de Processo : RePro, v. 37, n. 206, abril/2012. p. 265/266.



meio célere e eficaz de resolução de conflitos pautado pela coerência e uniformidade jurisdicional.

No entanto, o legislador previu que esse novo mecanismo será aplicado a todos os processos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do tribunal que julgou o incidente, inclusive aos processos que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.

Assim, faz-se necessária uma melhor análise sobre as compatibilidades e possíveis incompatibilidades da aplicação do IRDR no âmbito dos juizados especiais cíveis, uma vez que os juizados constituem uma espécie de microssistema do sistema processual civil, com características próprias que dizem respeito desde aos fundamentos de sua criação, passando pelos princípios da conciliação e da celeridade, os quais tomaram nova feição no âmbito dos juizados, até a sistemática recursal dos juizados, que é muito distinta do sistema recursal da Justiça Ordinária.

### **3. O IRDR NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

#### **3.1. Os fundamentos dos Juizados Especiais Cíveis**

Conforme já exposto, com o advento da Constituição de 1988, ocorreu um fenômeno de conscientização de direitos que resultou em um aumento desmedido na judicialização de demandas, fato que agravou as dificuldades do Poder Judiciário quanto à morosidade e à prestação inadequada da tutela jurisdicional, distanciando esse Poder da população e das discussões que afligem toda a sociedade.

Fala-se em crise do Poder Judiciário justamente porque o mau funcionamento do aparato judicial repercute diretamente em todo o sistema e acaba atingindo todos os operadores, resultando em uma enorme dificuldade em solucionar todos os conflitos levados à sua apreciação<sup>85</sup>.

Nesse contexto, os juizados especiais cíveis surgiram a partir de esforços voltados à melhoria e à modernização dos procedimentos judiciais, no âmbito de um movimento renovatório de ampliação de direitos que se pautava pelos princípios da celeridade, simplicidade, conciliação e da ausência de ônus para os postulantes, visando especificamente à melhoria na efetividade da prestação da tutela jurisdicional.

O mero acesso ao sistema processual não se confunde com o acesso à justiça, o qual apenas um sistema jurisdicional efetivo pode proporcionar. Tal efetividade consiste em um processo judicial sem dilações e formalismos indevidos<sup>86</sup>.

Assim, os juizados especiais surgiram a partir de uma nova concepção de justiça pela qual o acesso à Justiça, e não apenas ao Poder Judiciário, deve pressupor a garantia de acesso ao justo processo, sem entraves ou demoras. Em outras palavras, a proposta dos juizados era o ingresso em um Judiciário apto a resolver conflitos, com celeridade e segurança, e se pautava pela primazia da efetividade da jurisdição no tratamento de lides idênticas que se avolumavam nos gabinetes dos magistrados<sup>87</sup>.

Não se trata de um procedimento simplificado, mas de uma nova sistemática processual, criada para ser mais rápida, eficiente e romper com a “velha” concepção de jurisdição, marcada por formalismos. Essa “velha” concepção é aquela comumente definida

85 SOUSA, Álvaro Couri Antunes. Juizados Especiais Federais Cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

86 SOUSA, *op. cit.*

87 DUARTE, Antonio Aurelio Abi-Ramia; BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira. Os Juizados Especiais Estaduais e o IRDR – por uma busca harmônica dos mesmos objetivos. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/irdr-juizados.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

nos livros de Teoria Geral do Processo, pela qual o Estado substitui os titulares dos direitos em conflito para, imparcialmente, solucionar o litígio, do que se pode depreender que, na verdade, essa ingerência do Estado na vida privada é fruto da incapacidade dos indivíduos de solucionar sozinhos e pacificamente seus próprios conflitos<sup>88</sup>.

As leis que instituem os juizados e os regulamentam em âmbito estadual e federal orientaram-se pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação.

Antes que se proceda à instrução dos processos dos juizados e ao julgamento da causa, é necessário que sempre se ofereça às partes a oportunidade de conciliação, a ser realizada por conciliador ou pelo próprio juiz, momento em que as partes podem solucionar os conflitos amigavelmente e, somente em último caso, o processo do juizado deve passar à fase instrutória. E, mesmo na fase instrutória nada impede, ao contrário, recomenda-se que o juiz promova a conciliação para, somente na hipótese de ser impossível a conciliação judicial, é que o juiz deverá proferir sentença<sup>89</sup>.

A despeito do CPC/15 consagrar o dever de tentativa de conciliação nos procedimentos cíveis, em geral e, conseqüentemente, a conciliação desempenhar papel cada vez mais importante na atividade judicial, é necessário frisar que os juizados, ainda na década de 90, já pautavam suas atividades pelo princípio conciliatório.

Acrescente-se, ainda, que a população brasileira possui cada vez mais consciência de seus direitos e deveres e de como se deve proceder para defendê-los, o que facilita solucionar conflitos ou mesmo evitá-los especialmente por meio dos institutos alternativos de solução de conflitos, tais como a conciliação e a mediação<sup>90</sup>.

Importante destacar que uma das maiores expectativas geradas pelo sistema dos juizados especiais é quanto à promessa de celeridade sem violação ao princípio da segurança jurídica. Tal princípio, elevado a direito fundamental por força do art. 5º, LXXVIII da CF/88 na Emenda Constitucional nº 45, pressupõe uma maior racionalidade na condução do processo e no dever de se evitar a protelação dos atos processuais<sup>91</sup>.

A despeito do presente trabalho se ater mais especificamente na relação com o IRDR e os princípios da conciliação e da celeridade no âmbito dos juizados especiais, cumpre também

88 SOUSA, Álvaro Couri Antunes. Juizados Especiais Federais Cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004. p. 58

89 SOUSA, *op. cit.*

90 SOUSA, *op. cit.*

91 SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. Juizados especiais cíveis e criminais : federais e estaduais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ressaltar a importância dos princípios da informalidade e da simplicidade.

Conforme se depreende já da Lei n. 7.244/84, que instituiu os juizados de pequenas causas que deram origem aos juizados especiais como conhecemos hoje, uma das maiores preocupações do legislador era a matéria de fundo dos processos, qual seja a realização da justiça de forma simples e objetiva. É por isso que o art. 13 da Lei n. 9.099/95 prevê que, não obstante a forma adotada, os atos processuais serão considerados válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, desde que pautados nos princípios orientadores dos juizados<sup>92</sup>.

Com os princípios da informalidade e da simplicidade, o legislador buscou o rompimento com o formalismo e com a tradição de documentação processual.

O procedimento nos juizados permite que as informações redigidas pelas secretarias sejam anotações abreviadas, feitas em fichas simples, que contenham apenas o essencial para o conhecimento da lide<sup>93</sup>.

O princípio da informalidade preconiza a redução de formalidades burocráticas e excessivas, a fim de dar ao processo maior celeridade, além de buscar uma aproximação entre o Poder Judiciário e o jurisdicionado. Já o princípio da simplicidade exclui dos juizados especiais a apreciação de causas complexas, tanto no aspecto material como no de direito, fato que impede, no âmbito dos juizados estaduais, qualquer pretensão de tornar obrigatória a utilização do procedimento especial desses órgãos julgadores<sup>94</sup>.

Ao permitir a atuação sem a necessidade de um advogado nas causas de menor valor, o legislador se preocupou em garantir que chegassem ao Judiciário questões que, a despeito do menor porte econômico, podem ser muito relevantes para as partes<sup>95</sup>. Uma significativa parcela do grupo de pessoas que busca os juizados especiais cíveis é das classes baixa e média e, não fosse pela existência dos juizados, possivelmente nunca conseguiriam ter acesso ao Poder Judiciário<sup>96</sup>.

A ministra do STJ Nancy Andrigui, em entrevista publicada na Revista CNJ, ao

92 SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. Juizados especiais cíveis e criminais : federais e estaduais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 88

93 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015. p. 258

94 SCHELEDER, *op. cit.*, p. 258/259

95 DUARTE, Antonio Aurelio Abi-Ramia; BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira. Os Juizados Especiais Estaduais e o IRDR – por uma busca harmônica dos mesmos objetivos. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/irdr-juizados.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

96 SOUSA, Álvaro Couri Antunes. Juizados Especiais Federais Cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da lei nº 10.259/01. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

comentar sobre o Programa do CNJ denominado “Redescobrimos os Juizados Especiais”, frisou a necessidade de percebermos que estudar ou aplicar a Lei n. 9.099/95 exige uma mudança de mentalidade e a constatação de que estamos diante de um novo sistema de Justiça. A ausência dessa consciência no aplicador e no usuário dos juizados especiais acaba por provocar inúmeros obstáculos para a utilização adequada da referida lei, fugindo dos objetivos dessa justiça informal<sup>97</sup>.

Por se tratar de um novo sistema de justiça, é imprescindível que haja um cumprimento rigoroso dos seus princípios orientadores, sob pena de tornar-se apenas mais um procedimento no sistema processual. Para a ministra, é importante ainda que os juizados especiais tenham suas sedes longe da justiça tradicional, a fim de não serem contaminados pelo tecnicismo e formalismo que predominam nessa esfera. Ainda, a proximidade excessiva dos juizados especiais com as varas da justiça tradicional tende a ser contraproducente, uma vez que a tendência do juiz é seguir o tecnicismo e formalismo inerentes a esse modelo de justiça<sup>98</sup>.

A própria criação da figura de um juiz leigo é um mecanismo de democratização mais avançado no desenvolvimento e na aceleração do procedimento adotado nos juizados, com o qual se pode multiplicar o número de audiências de instrução e julgamento realizados. Além do juiz leigo, outras medidas permitidas pela lei podem ser manejadas para incrementar a simplicidade e o informalismo nos juizados<sup>99</sup>.

Os juizados possuem uma sistemática própria marcada de particularidades, o que se chama de microssistema dos juizados, e possuem inegavelmente grande relevância no ordenamento jurídico brasileiro. O sucesso da implantação dos juizados especiais se deu em virtude da simplicidade e concentração do rito, e também do distanciamento do formalismo processual clássico, com a redução das espécies recursais e estimulação da conciliação<sup>100</sup>. Portanto, fica claro que essas particularidades devem ser respeitadas<sup>101</sup>.

O desempenho prático dos juizados demonstrou que esse novo sistema é um incremento, mesmo que não resolutivo, da capacidade do Estado de lidar com o crescimento

97 ANDRIGHI, Fátima Nancy. Entrevista. 2015. *JUIZADOS ESPECIAIS 20 anos da Lei 9.099/95: reflexões, desafios e propostas de políticas judiciárias*. Revista CNJ. Volume 1. Dezembro/2015

98 ANDRIGHI, *op. cit.*

99 ANDRIGHI, *op. cit.*

100 SOUSA, Álvaro Couri Antunes. *Juizados Especiais Federais Cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da lei nº 10.259/01*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004. p. 65

101 DUARTE, Antonio Aurelio Abi-Ramia; BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira. *Os Juizados Especiais Estaduais e o IRDR – por uma busca harmônica dos mesmos objetivos*. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/irdr-juizados.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

de demandas de massa.

A criação dos novos institutos voltados a dar maior celeridade, bem como o aprimoramento daqueles já existentes são pautados na mesma premissa: melhorar a prestação da atividade jurisdicional e, assim, oferecer ao jurisdicionado a tutela adequada e efetiva aos seus anseios<sup>102</sup>. Pode-se mesmo estabelecer uma relação de afinidade entre os propósitos do IRDR e os dos Juizados, na medida em que os dois vieram para auxiliar o Estado diante das dificuldades enfrentadas no século XXI quanto ao abarrotamento do Poder Judiciário. A questão que se enfrentará nesses primeiros anos de vigência do CPC/15 é saber até que ponto os dois mecanismos são compatíveis e passíveis de serem harmonizados para melhorar a prestação da tutela jurisdicional.

No Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) em parceria com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2012, que tinha como campo de amostragem os Juizados localizados em Fortaleza/CE, Macapá/AP e Rio de Janeiro/RJ<sup>103</sup>, demonstrou-se que nos três Estados prevalecem processos que versam sobre conflitos consumeristas. No Rio de Janeiro, por exemplo, 92,89% das causas nos Juizados versam sobre relação de consumo.

No entanto, quando especificados, a origem dos conflitos predominantes varia em cada Estado. Enquanto no Rio de Janeiro e no Ceará a maior parte dos conflitos são oriundos de relações de consumo entre clientes e prestadores de serviços de telecomunicações, de energia elétrica e do sistema financeiro, no Amapá, as causas relacionadas a consumo intensificam-se no que tange ao comércio de varejo.

Outro dado interessante que demonstra uma particularidade dos Juizados é a predominância de pessoas físicas no polo ativo da demanda e de pessoas jurídicas no polo passivo. No Rio de Janeiro, o diagnóstico demonstrou que 97,11% dos autores são pessoas físicas enquanto 94,47% dos réus são pessoas jurídicas.

Já no que diz respeito às sentenças, mostrou-se que a porcentagem de decisões homologatórias de acordos varia entre aproximadamente 25% e 40%, o que é bastante significativo. Porém, conforme se destacou na pesquisa, a partir dos relatos dos pesquisadores do campo do Ceará pode-se constatar que a parte acaba aceitando o acordo por ser esta a

102 DUARTE, Antonio Aurelio Abi-Ramia; BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira. Os Juizados Especiais Estaduais e o IRDR – por uma busca harmônica dos mesmos objetivos. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/irdr-juizados.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

103 BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

única possibilidade de resolução do conflito, uma vez que há um grande número de remarcações das audiências de instrução e julgamento. No mês de referência (novembro de 2011), por exemplo, foram realizadas, em média, apenas 14 audiências de instrução e julgamento no Ceará.

Provavelmente em razão da oneração da parte sucumbente em segundo grau nos juizados especiais cíveis, as ações que tramitam nos juizados são, em regra, resolvidas na primeira instância. A quantidade de recursos inominados apresentados é baixa: 4,67% no Amapá, 4,59% no Ceará e 18,95% no Rio de Janeiro, no ano de 2012. Demonstrou-se também que o sobrestamento de ações em razão de repercussão geral não apresenta um volume expressivo, uma vez que o afetação dos processos dos juizados é da ordem de 3,32% no Ceará e apenas 0,29% no Rio de Janeiro.

Quanto ao tempo de processamento dos feitos, o tempo médio entre a petição inicial apresentada pela parte e o encerramento do processo, efetuado pela baixa, é de 417 dias no Amapá, 470 no Ceará e 316 no Rio de Janeiro. Porém, quando se analisa o tempo de tramitação apenas das ações que tiveram resolução de mérito, esses números são significativamente maiores: 1.365 dias no Amapá, 1.869 no Ceará e 1.296 no Rio de Janeiro. Tais números, de ordem de 3 a 5 anos, quando confrontados com os números da justiça ordinária<sup>104</sup>, não são significativamente menores como se espera ser, o que expressa a falta de efetividade dos juizados especiais cíveis no que diz respeito à celeridade e à garantia dos direitos.

Os resultados da pesquisa apontaram várias questões relevantes e merecedoras de estudos específicos, a saber:

- Concentração do perfil da demanda em feitos envolvendo relações de consumo que pode ser relacionado ao papel das agências reguladoras frente ao papel do Poder Judiciário nessa matéria.
- Demandas individuais recorrentes ou repetidas – podem ser feitas análises sobre as possibilidades de execução coletiva dos litígios e os potenciais de atuação de associações, Defensorias Públicas e Ministério Público no ajuizamento de ações coletivas.
- Mensuração do dano moral – formas de conciliação entre o combate à “indústria do dano moral” e a possibilidade de imposição de dano moral punitivo ou inibitório. Há que se levar em consideração a possibilidade de a redução das condenações em danos morais com o intuito de desestimular a litigiosidade ocasionarem efeito reverso, isto é, trazerem incentivo financeiro ao aumento da violação de direitos, gerando maior litigiosidade.
- Papel do juiz leigo – apresentação de balanço da adoção de juízes leigos em

104 BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Justiça em números 2017. Disponível em: [cnj.jus.br/jn2017](http://cnj.jus.br/jn2017). Acesso em: 20 jun. 2018.

estados como o Rio de Janeiro e de maneiras de expansão desta política para outros estados.

- Conciliação – levantamentos sobre o que se entende por conciliar e em que momentos ela deve ser tentada. Análises sobre a necessidade de treinamento específico para os servidores encarregados da conciliação e os resultados da conciliação pré-processual.<sup>105</sup>

Em razão das próprias peculiaridades dos juizados especiais cíveis, este sistema recebe, sobretudo, demandas consumeristas e, como consequência da preponderância desse tipo de demanda de massa, os juizados também enfrentam sérias e preocupantes questões como a morosidade processual e a hipossuficiência do consumidor em face das empresas rés dos litígios de massa<sup>106</sup>.

Como já exposto, a sociedade é cada vez mais marcada por relações massificadas, com produção e consumo em grandes escalas, o que repercute na judicialização massificada e atinge também os juizados especiais. Tais demandas são evidentemente repetitivas, com pedidos e causa de pedir semelhantes, quando não idênticas, de maneira que se poderia abordá-las de forma coletiva<sup>107</sup>.

A mesma crítica referente aos litigantes habituais na justiça ordinária também pode ser feita em relação aos principais litigantes nos juizados especiais. São os denominados litigantes organizacionais ou litigantes economicamente estruturados, que são, regra geral, pessoas jurídicas que participam de um número considerável de processos e consequentemente possuem maestria na análise estratégica dos procedimentos judiciais<sup>108</sup>.

Muitas vezes o ajuizamento de conflitos e a postergação desses processos durante o tempo é favorável a tais litigantes. Por meio de uma análise que leva em conta o custo e o benefício, a violação de direitos costuma ser mais vantajosa, já que o lucro obtido na esfera privada oriundo da violação de direito supera os prejuízos na esfera judicial, uma vez que nem todos os consumidores ajuízam ações judiciais e a demora nos processos costuma onerar bem mais a pessoa física. Desse modo, o Judiciário torna-se suscetível ao uso oportunista dos litigantes<sup>109</sup>.

Assim, seria benéfico aos juizados especiais cíveis o aprimoramento de mecanismos

105 BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

106 ORSINI, Adriana Goulart de Sena; REIS, Lucas Silvani Veiga; MOREIRA, Luiza Berlini Dornas Ribeiro Moreira. Os Juizados Especiais Cíveis no Século XXI: dificuldades, promessas e expectativas para a efetividade do acesso à Justiça enquanto Política Pública no território brasileiro. Revista CNJ, dez. 2015.

107 ORSINI; REIS; MOREIRA, *op. cit.*

108 ORSINI; REIS; MOREIRA, *op. cit.*

109 ORSINI; REIS; MOREIRA, *op. cit.*



de tutela coletiva no âmbito judicial e, seguramente, no âmbito administrativo, uma atuação mais efetiva das agências reguladoras, tendo em vista o grande número de demandas consumeristas. Mas também os propósitos do IRDR parecem se encaixar muito bem com as necessidades dos juizados especiais. São as técnicas do IRDR, no entanto, que poderiam ser conflitantes com algumas das particularidades dos juizados, sob alguns aspectos.

### **3.2. Os possíveis conflitos na aplicação do IRDR em relação ao princípio da conciliação nos Juizados Especiais Cíveis**

No âmbito dos juizados (e agora também na justiça ordinária com o advento do CPC/15), o juiz deixou de ser um mero aplicador da lei. Conforme a redação do art. 21 da Lei n. 9.099/95, logo ao dar início à audiência, o juiz togado ou leigo deverá esclarecer às partes os benefícios da conciliação para que as mesmas possam avaliar as vantagens e desvantagens de se fazer um acordo em detrimento da continuidade do processo<sup>110</sup>.

Logo na abertura da audiência de conciliação, o conciliador explica o seu papel, esclarecendo que não é juiz, não possui poder de decisão e o que for falado na audiência de conciliação não será usado como prova. Ele deve esclarecer que é um mero facilitador, imparcial e que trabalha conjuntamente para se alcançar uma solução<sup>111</sup>.

O bom conciliador deve ter a capacidade de usar determinadas técnicas<sup>112</sup>:

- Ter a capacidade de inspirar respeito e confiança; estar confortável em situações em que os ânimos estejam acirrados;
- Ter paciência; capacidade para afastar seus preconceitos por ocasião da conciliação;
- Ser imparcial; possuir empatia, isto é, ser capaz de colocar-se no lugar do outro, sem, contudo, tomar partido;
- Pautar-se pela gentileza e o respeito no trato com as partes;

A conciliação, além de objetivar criar uma nova mentalidade voltada à pacificação social, oferece os benefícios de diminuir substancialmente o tempo de duração do litígio, viabiliza a solução dos conflitos por meios mais simples e informais, e principalmente e consequentemente, reduz o número de processos no Poder Judiciário<sup>113</sup>.

Os propósitos da criação dos juizados estão relacionados, sobretudo, à eliminação ou,

110 LOPEZ, Ilza de Fátima Wagner; MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis. Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 1 – nº 1 – 2010.

111 LOPEZ; MIRANDA, *op. cit.*

112 LOPEZ; MIRANDA, *op. cit.*

113 LOPEZ; MIRANDA, *op. cit.*

ao menos, diminuição dos obstáculos do acesso à justiça, dando ênfase para a atividade conciliatória em contraste com a justiça clássica, que é tradicionalmente contenciosa. Sob esse aspecto, os juizados representam um instrumento fundamental de aproximação do Poder Judiciário com a comunidade<sup>114</sup>.

Em busca do uso mais constante dos mecanismos da conciliação, e por autorização do princípio da informalidade, instituiu-se no âmbito dos juizados a figura do conciliador e do juiz leigo. É muito comum que os conciliadores sejam selecionados entre estudantes de direito, o que lhes oportuniza uma socialização do ensino, bem como um aprendizado mais eficiente. Por sua vez, os juízes leigos são escolhidos entre os bacharéis em Direito com mais de cinco anos de experiência, ficando impedidos de exercer a advocacia perante os juizados durante o período em que atuam como juízes leigos<sup>115</sup>.

Assim, em razão dos princípios orientadores dos juizados, o legislador conferiu aos juízes leigos a competência para determinação de provas e a valoração dessas provas da forma que bem entenderem, adotando a decisão que reputarem mais justa e equânime, como prevê o art. 6º da Lei n. 9.099/95<sup>116</sup>.

Os juizados especiais instituíram uma forma diferente de solução de conflitos, em que se reduz os custos processuais, a duração do processo e várias formalidades para privilegiar um processo que conte com um juiz mais propenso ao contato com o jurisdicionado e que seja menos formal<sup>117</sup>.

A própria sistemática recursal dos juizados, que apenas prevê a oneração do sucumbente na segunda instância, dá a entender uma preferência para que a decisão de primeira instância prevaleça. Isso porque se pressupõe que, em razão das próprias peculiaridades dos juizados, houve uma grande aproximação entre as partes e o juiz, o que possibilita que a sentença seja, de fato, a decisão que melhor se coaduna com a situação dos autos. Todo o texto da Lei n. 9.099/95 procura caminhar em um sentido de particularização da decisão a cada situação de fato, o que se compatibiliza muito bem com essa “nova” justiça que os juizados pretenderam implementar.

Essa justiça mais particularizada é mais propensa a ser concebida como fruto de insegurança jurídica na justiça ordinária, porém, nos juizados ela foi autorizada e encorajada

114 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

115 SCHELEDER, *op. cit.*

116 SCHELEDER, *op. cit.*

117 SCHELEDER, *op. cit.*

pelo legislador. Mitigar a competência dos juízes e conciliadores em prol da segurança jurídica talvez seja uma nuance dos perigos que a ministra Nancy Andrigui se referiu ao tratar da aproximação dos juizados especiais com a justiça tradicional.

Assim como ocorre em todo o Poder Judiciário, as ineficiências dos juizados especiais são, em grande parte, consequências da deficiência material da estrutura, no que diz respeito aos recursos econômicos, físicos e humanos. Não é porque os juizados apresentam as mesmas deficiências da justiça ordinária que se poderá dar a mesma solução legal para suavizar tais deficiências, justamente porque se tratam de sistemas diferentes de justiça, com diferentes pressupostos e que funcionam diferentemente.

A aplicação do IRDR no âmbito das demandas nos juizados especiais pressupõe uma restrição das possibilidades de conciliação, mesmo porque a tese jurídica que vinculará a lide já estará definida antes mesmo do ajuizamento da ação.

Em que pese a conciliação ser importante princípio também na Justiça Ordinária, é importante ressaltar que, no âmbito dos juizados especiais, além de princípio, a conciliação parece tomar feições de um verdadeiro objetivo. Portanto, neste ponto, o IRDR parece apresentar incompatibilidade com o princípio da conciliação nos juizados.

### **3.3. Os possíveis conflitos na aplicação do IRDR em relação ao princípio da celeridade nos Juizados Especiais Cíveis**

Nos juizados especiais, as partes buscam a maior brevidade possível, pois sabem tratar-se de um procedimento concentrado em que, em tese, não há protelação no julgamento do mérito e que não admite intervenção de terceiros ou recursos de decisões interlocutórias, justamente porque o objetivo maior é a conciliação e a resolução do conflito com celeridade<sup>118</sup>.

Conforme explica Scheleder, o princípio da celeridade se destacava antes mesmo da Lei dos Juizados Especiais, vez que foi consagrado no art. 8º, item 1º da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e ratificado no ordenamento brasileiro por meio do Decreto n. 678/1992.

A celeridade foi elevada ao patamar de princípio jurídico em razão da concepção

118 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

acertada de que a morosidade tende a gerar injustiças. No entanto, não se pode dizer que a demora em um processo certamente levará a uma decisão menos justa, mesmo porque uma maior intervenção das partes pressupõe um julgamento mais democrático e justo, o que dará à decisão mais segurança jurídica. Mas nos juizados especiais cíveis isso não ocorre, já que, de certa forma, deixa-se de lado parte dessa segurança em prol da celeridade que se expressa no procedimento, inclusive com a supressão de algumas fases e a impossibilidade de se recorrer de algumas decisões<sup>119</sup>. Autoriza-se a mitigação da segurança jurídica em prol da celeridade, mesmo porque há muitas causas que a demora na decisão pode prejudicar o direito tutelado.

Há, do mesmo jeito, perigo de ofensa à segurança jurídica quando se impede uma pessoa que teve seus direitos violados de ingressar no Judiciário e ver efetivado seus direitos de forma célere, em razão da morosidade e de burocracias tais como ocorrem em todo o aparato judicial.

Reitera-se, portanto, que a função primordial dos juizados especiais era possibilitar a efetivação dos direitos em um período de tempo razoável e compatível com a complexidade do litígio<sup>120</sup>.

Porém, o que se demonstra é que o tempo médio dos processos nos juizados que tiveram resolução de mérito varia entre 3 a 5 anos. Mesmo que este tempo médio seja inferior ao tempo médio de trâmite dos processos ajuizados na justiça tradicional, ainda se mostra bastante elevado, mesmo porque são conflitos que possuem um valor de causa médio bastante baixo<sup>121</sup>, e que, em regra, não possuem complexidades que possam ensejar a demora no procedimento.

No entanto, o art. 982, I do CPC/15 autoriza a suspensão dos processos que tramitam nos juizados especiais quando admitido o IRDR, sendo o prazo de suspensão de um ano

119 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

120 SCHELEDER, *op. cit.*

121 “As diferenças no valor médio das causas observado em cada um dos estados – no Amapá tem-se a média de R\$ 3.776,77, no Ceará R\$ 5.528,61 e no Rio de Janeiro R\$ 14.338,55 – aponta, primeiro, para o perfil das causas em cada um dos estados, assim como, em segundo lugar, para a relação econômica relativa à prestação do serviço jurisdicional e seu efeito sobre o preceito de “acesso à justiça” e dos princípios estabelecidos na Lei 9.099/95 para cada um dos entes federativos. (...) podemos observar que o Amapá concentra na amostra de autos analisados mais da metade (52,86%) dos valores das causas na faixa que vai de zero à R\$1.000,00. Enquanto o Rio de Janeiro concentra cerca de 70% dos valores das causas vistas na amostra selecionada entre R\$10.000,00 a R\$25.000,00. No estado do Ceará observou-se um padrão mais próximo com o Amapá, mas com maior dispersão: cerca de 45% dos valores das causas observadas estavam na faixa que vai de zero à R\$1.000,00. É de se notar também no Ceará os quase 12% de causas que atingiram a faixa de valor de R\$15.000,01 à R\$20.000,00.” (BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013).

podendo, ainda, ser prorrogado quando houver decisão fundamentada do relator do incidente. O excesso de formalismo do IRDR, bem como a demora do prazo para seu julgamento, pode ser também incompatível com a sistemática dos juizados especiais cíveis.

### **3.4. Os possíveis conflitos entre a sistemática recursal dos Juizados Especiais Cíveis e a aplicação do IRDR**

Cumprе destacar que há uma crítica bastante pertinente sobre a possível incompatibilidade do IRDR com a sistemática recursal dos juizados especiais.

O incidente será suscitado diretamente perante o tribunal de justiça ou tribunal regional federal da jurisdição correspondente, não havendo óbice no texto legal que impeça que o incidente seja suscitado em procedimento de juizado especial. O perigo nessa previsão é de que haja uma subversão de todo o microssistema dos sistemas<sup>122</sup>, uma vez que até o advento do CPC/15, não havia ingerências dos tribunais estaduais ou federais nos procedimentos dos juizados.

A dificuldade que se enfrentará será compatibilizar a previsão do art. 977 do CPC com o sistema recursal dos juizados, que se compõe das Turmas Regionais de Uniformização e da Turma Nacional de Uniformização<sup>123</sup>.

É que o papel de uniformização dos processos cabe às Turmas Regionais e à Turma Nacional e o IRDR cria um sistema paralelo de uniformização que sugere uma usurpação de competências dessas turmas, já que o que prevalecerá será a decisão tomada pelos tribunais no julgamento dos incidentes.

Outro ponto que ficou nebuloso no texto do Código foi a possibilidade de interposição de recurso especial da decisão de julgamento de incidente instaurado em processo de juizado especial. A princípio, a norma legal contraria o entendimento consolidado pelo STJ e também pelo STF, pelo qual não cabe recurso especial contra decisão oriunda dos juizados. Este entendimento foi, inclusive, consagrado na Súmula 203 do STJ: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”<sup>124</sup>.

A instauração do IRDR, conforme já exposto, deve ocorrer em processos que possibilitem o amplo debate da matéria discutida, inclusive com a participação de terceiros

122 KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O incidente de resolução de demandas repetitivas e os juizados especiais. *Revista de Processo: RePro*, v. 39, n.237, nov. 2014.

123 KOEHLER, *op. cit.*

124 KOEHLER, *op. cit.*

interessados e do Ministério Público, a fim de que haja uma maturação do debate jurídico e formação de uma tese que possa abranger uma infinidade de causas. O processo em que se instaurará o incidente, portanto, deve ser um que possua grande amplitude de informações a respeito da matéria tratada. Assim, há uma preocupação sobre a possibilidade de instauração do incidente em procedimentos dos juizados, vez que, nesse âmbito, há uma restrição das provas, já que apenas são admitidas as provas possíveis de serem produzidas oralmente, na audiência de instrução e julgamento<sup>125</sup>.

Ainda, outro ponto controverso é que, no âmbito dos juizados especiais federais cíveis, os juizados possuem competência absoluta no julgamento e execução de sentenças das causas até sessenta salários mínimos, a depender da matéria, por previsão do art. 3º da Lei nº 10.259/01<sup>126</sup>. Por serem de competência exclusiva dos juizados, essas demandas não chegam aos tribunais, a não ser em razão da exceção de cabimento de apelação das sentenças proferidas por juízes de direito com competência delegada que atuam em comarcas onde não há vara federal<sup>127</sup>, como lembra Koehler.

Nessas hipóteses de instauração do IRDR, os tribunais ficarão encarregados da uniformização de teses jurídicas que não são de seu trato diário e que dificilmente apreciariam em outra hipótese, o que pode dificultar a compreensão das questões suscitadas no incidente<sup>128</sup>.

Outro problema que pode ser suscitado é quanto à possibilidade de distinção do tema discutido no IRDR com o caso afetado (*distinguishing*). A parte pode provocar a instância superior a que se encontra o processo para pugnar pela suspensão de seu processo, caso entenda que a matéria afetada no IRDR seja a mesma da sua causa, e também pode pugnar pelo fim da suspensão, caso entenda que as matérias não possuam identidade entre si. Em regra, esta impugnação é feita por meio de agravo de instrumento. Nos juizados especiais, no entanto, não existe essa espécie recursal, embora exista a possibilidade de se impugnar

125 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015. p. 351

126 Art. 3º-Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

127 Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) § 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual. § 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

128 KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O incidente de resolução de demandas repetitivas e os juizados especiais. Revista de Processo: RePro, v. 39, n.237, nov. 2014.

decisão concessiva de medida cautelar ou antecipatória de tutela. Caso se entenda que a decisão de sobrestamento será impugnável por meio de recurso inominado, fica ainda a dúvida de qual órgão será competente para julgá-lo.

Há, ainda, um possível problema quanto a ausência de exigência de advogado para ajuizamento das causas dos juizados. Na hipótese do *overruling* (superação do precedente), a parte afetada por tese fixada em IRDR pode ficar desamparada quanto à possibilidade de suscitar a revisão da tese perante o tribunal competente<sup>129</sup>.

Conforme questiona Koehler, nos casos em que o processo tramite em primeira instância do juizado ou esteja aguardando julgamento de recurso pela Turma Recursal ou Turma Regional de Uniformização, o pedido para prosseguimento ou suspensão do feito será dirigido ao respectivo órgão julgador em que tramitar o feito. Porém, caso a análise da distinção não tenha sido satisfatória, a lei não deixa claro se caberia agravo de instrumento/recurso inominado para o órgão *ad quem*. Ainda, na hipótese do processo estar sobrestado esperando julgamento da Turma Nacional de Uniformização, não se sabe ainda se caberia algum recurso ao respectivo tribunal de justiça ou tribunal regional federal<sup>130</sup>.

Sobre a inobservância da tese fixada no IRDR, o Código prevê que caberá reclamação dirigida ao tribunal que julgou o incidente. No âmbito dos juizados especiais federais, se uma Turma Recursal contrariar a tese firmada no IRDR caberia também recurso dirigido à Turma Regional de Uniformização, por força de suas competências legais. Nesse ponto, a lei não deixa claro a possibilidade de cabimento de dois recursos, ao mesmo tempo, contra a decisão que contrariou o entendimento firmado em IRDR<sup>131</sup>.

São, portanto, várias questões que colocam em dúvida a compatibilidade do IRDR com o microssistema dos juizados especiais, principalmente no que diz respeito à sistemática recursal própria da justiça especial. Na opinião de Scheleder o procedimento do IRDR, na maneira como foi imposto aos juizados especiais, parece caminhar na contramão desse microssistema, já que as partes que estão envolvidas nos procedimentos afetados parecem não ter participação efetiva no incidente, não havendo espaço para a ampla participação e, portanto, não havendo legitimação dos princípios que embasam o devido processo legal<sup>132</sup>.

129 SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

130 KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O incidente de resolução de demandas repetitivas e os juizados especiais. Revista de Processo: RePro, v. 39, n.237, nov. 2014.

131 KOEHLER, *op. cit.*

132 SCHELEDER, *op. cit.*, p. 352

Assim, a vinculação dos juizados especiais para aplicação da tese jurídica formulada no âmbito do IRDR não parece ser compatível com a sistemática recursal dos juizados, mesmo porque os juizados possuem turmas responsáveis pela uniformização da jurisprudência e são, de certa forma, autônomos em relação aos tribunais federais e de Estado.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IRDR é uma ferramenta que, além de inovadora no nosso ordenamento, é muito promissora na luta contra as ineficiências do Poder Judiciário. A implementação dessa ferramenta é mais um passo na caminhada em direção à democratização do acesso à Justiça e, embora o incidente seja em muito inspirado em experiências internacionais que não possuem muitas similaridades com o nosso ordenamento, o seu uso ponderado parecer ser compatível com os princípios do nosso processo civil, ao menos na justiça ordinária.

A aplicação do IRDR nos juizados especiais, no entanto, merece maior atenção, uma vez que o legislador não cuidou de tratar diversas questões que, em razão da sistemática própria dos juizados, parecem ser incompatíveis com esse microssistema.

O presente trabalho tratou dos motivos que levaram o legislador a adotar esse novo instrumento de formação de jurisprudência vinculante, principalmente no que tange os desapontamentos dos jurisdicionados em relação às ineficiências do Poder Judiciário, sobretudo, no que diz respeito à insegurança jurídica e à ofensa à isonomia.

Também cuidou de demonstrar que, a despeito das críticas a respeito de supostas ofensas aos princípios da independência da magistratura, da separação dos poderes, da ampla defesa e do direito de ação, o uso prudente do IRDR mostra-se compatível com todos esses princípios, já que nenhum deles é absoluto no nosso ordenamento e devem se adequar uns aos outros.

Procurou-se demonstrar que, quando analisado frente aos princípios orientadores dos juizados especiais cíveis, o IRDR ofende de forma mais acentuada o princípio da conciliação e, de certa forma, também o princípio da celeridade. O princípio conciliatório porque toda a sistemática dos juizados é voltada para a solução do conflito por meio da conciliação enquanto o IRDR busca a criação de uma tese a ser amplamente aplicada, independentemente da vontade das partes. E também o princípio da celeridade, uma vez que nos juizados esse princípio é bastante categórico, às vezes não deixando espaço para uma demora na resolução do conflito causada especificamente pelo sobrestamento dos processos afetados pelo incidente de uniformização.

Ainda, conforme as diversas críticas quanto à compatibilidade do incidente com a sistemática recursal dos juizados, mostrou-se que há um perigo de subversão do sistema dos juizados, uma vez que o legislador, ao prever a vinculação dos juizados à tese firmada no

IRDR especificamente e apenas no art. 985, I, do CPC, somente determinou a vinculação, sem antever ou explicar de que forma essa vinculação será feita. Da forma como disposta no Código, a aplicação do IRDR parece ignorar toda a sistemática própria prevista aos juizados.

Fato é que os problemas que afligem a justiça ordinária, tais como a morosidade e a insegurança, também afligem os juizados especiais. E também os juizados especiais precisam tratar de suas ineficiências a fim de garantir aos jurisdicionados uma adequada tutela jurisdicional, sendo o IRDR um instrumento muito importante no combate a essas ineficiências. O que enfrentaremos nesses primeiros anos de vigência do novo Código de Processo Civil serão as dificuldades de se compatibilizar esse novo incidente com o respeito às particularidades de um sistema especial já consolidado, cada vez mais utilizado e que é de grande valia para o nosso ordenamento.

No âmbito do juizado especial, que é um microsistema bastante diferenciado, o IRDR merece uma regulamentação específica, que poderia facilmente ser feita por meio de uma nova lei ordinária que cuidasse da aplicação do IRDR à luz das regras procedimentais dos juizados e de seus princípios orientadores, especialmente o da conciliação e o da celeridade.

## REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, Fátima Nancy. **Entrevista**. 2015. *JUIZADOS ESPECIAIS 20 anos da Lei 9.099/95: reflexões, desafios e propostas de políticas judiciárias*. Revista CNJ. Volume 1. Dezembro/2015

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105**, que instituiu o Código de Processo Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 20 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Acórdão do IRDR 20170020167547 DF 0017566-97.2017.8.07.0000**; Relator: Sebastião Coelho – Câmara de Uniformização, DJe: 26/10/2017. p. 596/597.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. **Acórdão nº 1000892-29.2016.8.01.0000**; Relator: Laudivon Nogueira – Tribunal Pleno Jurisdicional, DJe: 10/10/2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Justiça em números 2017**. Disponível em: [cnj.jus.br/jn2017](http://cnj.jus.br/jn2017). Acesso em: 20 jun. 2018.

DIDIER JR., Fredie. **I Encontro Baiano de Defesa do Consumidor**. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o CDC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGxD-5ONMig>.

DUARTE, Antonio Aurelio Abi-Ramia; BRASIL, Maria Eduarda de Oliveira. **Os Juizados Especiais Estaduais e o IRDR – por uma busca harmônica dos mesmos objetivos**. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1186838/irdr-juizados.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GONÇALVES, Marcelo Barbi. **O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e a Magistratura Deitada**. Revista de Processo: RePro, v. 38, n. 222. Agosto/2013, p. 221–248

GUEDES, Jefferson Carús. **Igualdade da aplicação da lei no Brasil e os “precedentes” nativos**. Revista Jurídica: órgão nacional de doutrina, jurisprudência, legislação e crítica judiciária, v. 62, n. 437, ex. 2, março/2014.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. **O incidente de resolução de demandas repetitivas e os juizados especiais**. Revista de Processo: RePro, v. 39, n.237, nov. 2014.

LOPEZ, Ilza de Fátima Wagner; MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. **Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis**. Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania – Volume 1 –

nº 1 – 2010.

MACHADO, Daniel Carneiro. **A (in)compatibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas com o modelo constitucional de processo: a participação democrática do juiz e das partes na construção do provimento jurisdicional.** Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2016.

MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Código de Processo Civil Comentado** – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MATTOS, Luiz Norton Baptista. **O Projeto do Novo CPC e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.** In: Direito Jurisprudencial - Volume II. Coord. MENDES; MARINONI; WAMBIER. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2014.

NUNES, Dierle; PATRUS, Rafael Dilly. **Uma breve notícia sobre o Procedimento-Modelos alemão e sobre as tendências brasileiras de padronização decisória: Um contributo para o estudo do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas brasileiro.** In: Novas Tendências do Processo Civil: Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. Coord. FREIRE et al. Editora Juspodivm. 2013.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; REIS, Lucas Silvani Veiga; MOREIRA, Luiza Berlini Dornas Ribeiro Moreira. **Os Juizados Especiais Cíveis no Século XXI: dificuldades, promessas e expectativas para a efetividade do acesso à Justiça enquanto Política Pública no território brasileiro.** Revista CNJ, dez. 2015.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27ª ed. - São Paulo : Saraiva, 2002.

ROSSI, Júlio César. **O precedente à brasileira : Súmula Vinculante e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.** Revista de Processo: RePro, v. 37, n. 208, jun/2012.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Juizados especiais cíveis e criminais : federais e estaduais.** 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SCHELEDER, Adriana Fasolo Pilati. **A inconstitucionalidade da aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas nos juizados especiais.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2015.

SOUSA, Álvaro Couri Antunes. **Juizados Especiais Federais Cíveis: aspectos relevantes e o sistema recursal da lei nº 10.259/01.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

VIAFORE, Daniele. **As semelhanças e as diferenças entre o procedimento-modelo Musterverfahren “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” no PL 8.046/2010.** Revista de Processo. Vol. 217/2013. p. 257-308. Março/2013.

YEUNG, Luciana Luk-Tai. **Decifrando o Fórum João Mendes: o que os números nos dizem?.** Revista de Estudos Empíricos em Direito. v. 4, n. 3. Outubro/2017 p. 10–22.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **O Incidente de Resolução de Demandas**

**Repetitivas no Novo Código de Processo Civil: Comentários aos arts. 930 a 941.** *Revista de Processo : RePro*, v. 37, n. 206, abril/2012.

ZANFERDINI, Flávia de Almeida Montingelli; GOMES, Alexandre Gir. **Tratamento Coletivo Adequado das Demandas Individuais Repetitivas pelo Juízo de Primeiro Grau: Análise das regras vigentes e daquelas inseridas no Código de Processo Civil Projetado.** *Revista de Processo : RePro*. ano 39, vol. 234. agosto/2014.